

UNIVERSIDADE PORTUCALENSE INFANTE DOM HENRIQUE

Departamento de Ciências Económicas e Empresariais

MESTRADO EM FINANÇAS

CONTRIBUTO PARA A HISTÓRIA DO SETOR FINANCEIRO EM ANGOLA

JOÃO DE JESUS LISBOA

Dissertação a apresentar na Universidade Portucalense Infante Dom Henrique, para obtenção do grau de mestre em Finanças, sob a orientação do Professor Doutor Luís Pacheco.

BENGUELA, Maio de 2013

Pensamento

Pouca coisa é necessária para transformar inteiramente uma vida: amor no coração e sorriso nos lábios.

"Martin Luther King"

Agradecimentos

Ao Pai Celestial por me conceber o Dom da vida e a graça de frequentar este mestrado de forma exitosa.

Aos meus professores do curso, que durante largos meses se empenharam tenazmente na formação dos futuros gestores em finanças em Angola.

Ao meu orientador pelas suas sábias orientações, sem as quais não seria possível a realização desta monografia.

Aos meus colegas e todos os colaboradores pelo apoio dado na materialização dos objetivos da presente monografia.

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus familiares, colegas e amigos com muito amor e carinho.

Resumo

O presente trabalho, intitulado “O Contributo para a História do Setor Financeiro em Angola”, visa o estudo dos factos e acontecimentos ligados à história do sistema financeiro angolano, em particular e da história de Angola em geral, tendo como cenário os principais acontecimentos que marcaram a história do sistema financeiro desde o período colonial até aos nossos dias, de modo a demonstrarmos a evolução e funcionamentos dos diferentes setores e o seu impacto no sistema financeiro angolano.

Para materializar este objetivo, realizámos uma caracterização dos principais factos ligados ao sistema financeiro internacional, uma vez que as instituições financeiras internacionais e os mercados financeiros internacionais têm jogado um papel decisivo sobre as economias regionais e nacionais. Por outro lado, descrevemos o estado atual do sistema financeiro africano, bem como o impacto que as mudanças no sistema financeiro internacional têm provocado no sistema financeiro africano. No presente trabalho, abordamos ainda o contributo que as instituições financeiras nacionais e estrangeiras têm dado para o crescimento económico e social do país, sem entretanto colocar de parte as dificuldades que o setor financeiro e as instituições financeiras têm enfrentado.

Por último, realçamos os esforços empreendidos tendo em vista a modernização e expansão das instituições financeiras em Angola e as políticas tendentes à redução do impacto das crises do sistema financeiro internacional no sistema financeiro nacional e da liberalização financeira em Angola. A partir da análise minuciosa dos indicadores económicos, concluímos que Angola caminha para um sistema financeiro forte e as reformas tendem a transformar o país num centro financeiro regional, registando-se um aumento dos investimentos privados e o crescimento real do produto interno bruto e do setor não petrolífero.

Palavras-chave: Sistema financeiro internacional, sistema financeiro angolano, sistema bancário angolano e instituições financeiras.

Abstract

This study, entitled "Contribution to the History of the Financial Sector in Angola", aims to study the facts and events surrounding the history of the Angolan financial system, and in particular the history of Angola in general, against the backdrop of major events marked the history of the financial system since the colonial period to the present day, in order to demonstrate the evolution and workings of the different sectors and their impact on the Angolan financial system.

To materialize this objective, we performed a characterization of the essential facts related to the international financial system, since the international financial institutions and international financial markets have played a decisive role on the regional and national economies. Furthermore, we describe the current state of African financial system, and the impact that changes in the international financial system have caused the African financial system. In this paper we discuss further the contribution that domestic and foreign financial institutions have given to the economic and social growth of the country, but without putting aside the difficulties that the financial sector and financial institutions have faced.

Finally, we highlight the efforts aimed at the modernization and expansion of financial institutions in Angola and policies aimed at reducing the impact of the crisis of the international financial system in the financial system and financial liberalization in Angola. From the detailed analysis of the economic indicators, we conclude that Angola is heading towards a strong financial system and reforms tend to transform the country into a regional financial center, registering an increase of private investments and real growth in gross domestic product and the non oil sector.

Keywords: International financial system, financial system Angolan, Angolan banking system and financial institutions.

ÍNDICE

Agradecimentos	lii
Dedicatória	lv
Resumo	v
<i>Abstract</i>	vi
Índice	vii
Índice de tabelas, figuras e gráficos	lx
Índice de abreviaturas	x
1. INTRODUÇÃO	1
2. SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL	8
2.1. Função económica do sistema financeiro	8
2.2. Importância do sistema financeiro internacional	11
2.3. Origens do sistema financeiro internacional	12
2.3.1. O Padrão Ouro (1879-1913)	12
2.3.2. Os anos da guerra (1914-1939)	15
2.3.3. O sistema de Bretton Woods	16
2.3.3.1. O fim do Bretton Woods	18
2.3.4. Liberalização financeira	19
2.4. Crises no sistema financeiro internacional	23
3. O SISTEMA FINANCEIRO EM ÁFRICA	25
3.1. Características do sistema financeiro africano	25
3.2. O impacto da crise financeira internacional em África	29

3.3. O impacto do sistema bancário africano no crescimento económico dos estados africanos	31
3.4. O impacto dos conflitos armados sobre o sistema financeiro em África	35
3.5. Liberalização financeira em África	37
4. O SISTEMA FINANCEIRO ANGOLANO	40
4.1. Breve história do setor financeiro angolano	40
4.1.1. O sistema financeiro angolano no período colonial	40
4.1.2. A economia centralizada e a liberalização do sistema financeiro angolano	42
4.2. O estado atual do sistema financeiro angolano	44
4.2.1. Ministério das Finanças	46
4.2.2. Instituições monetárias (instituições bancárias de Angola)	47
4.2.2.1. A bancarização em Angola	53
4.2.3. Instituições não monetárias	61
4.2.3.1. O mercado de seguros e de fundos de pensões em Angola	61
4.2.3.2. Mercados de capitais em Angola	70
CONCLUSÃO	74
RECOMENDAÇÕES E PROPOSTAS	77
BIBLIOGRAFIA	79
GLOSSÁRIO	83
CRONOLOGIA	86
ANEXOS	88

INDICE DE TABELAS, FIGURAS E GRÁFICOS

Figura n.º 1 - Esquema do funcionamento do sistema financeiro	8
Figura n.º 2 - Estrutura do mercado de seguros e de fundos de pensões	63
Figura n.º 3 - Estrutura diretiva do mercado de capitais em Angola	72
Tabela n.º 1 - Indicadores macroeconómicos de Angola	54
Gráfico n.º 1 - Produto Interno Bruto	55
Gráfico n.º 2 – Inflação	55
Gráfico n.º 3 – Ativo, Passivo e Capital Próprio	57
Gráfico n.º 4 - Carteira de Crédito e Títulos e valores Mobiliários	58
Gráfico n.º 5 - Carteira de Crédito e Títulos e val. Mob. (em % Ativo)	58
Gráfico n.º 6 - Depósitos e Crédito	59
Gráfico n.º 7 - Crédito / Depósitos (rácio de transformação)	60
Gráfico n.º 8 - Número de seguradoras e mediadoras de seguros	64
Gráfico n.º 9 - Mediadores (pessoas singulares)	64
Gráfico n.º 10 - Níveis de participação dos seguros no PIB	65
Gráfico n.º 11 - Taxas de Densidade de seguro	66
Gráfico n.º 12 - Taxa de penetração do seguro	67
Gráfico n.º 13 - Número de seguradoras e sociedades gestoras de fundos	68
Gráfico n.º 14 – Densidade dos Fundos de Pensões	68
Gráfico n.º 15 - Taxas de Penetração dos fundos de pensões	69
Gráfico n.º 16 - Ativos investidos	70

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

BA - Banco de Angola

BNA - Banco Nacional de Angola

BD - Banco de Desenvolvimento

BPA - Banco Popular de Angola

BPC - Banco de Poupança e Crédito

BCI - Banco de Comércio e Indústria

BVDA - Bolsa de Valores e Derivados de Angola

BFE - Banco de Fomento e Exterior

BM - Banco Mundial

CMC - Comissão de Mercado de Capitais

CCAB - Comissão Coordenadora da Atividade Bancária

CIRC - Central de Informação e Risco de Crédito

COMEF - Comité de Estabilidade Financeira

DSI – Departamento de Supervisão das Instituições financeiras

ENSA - Empresa de Seguros de Angola

FMI - Fundo Monetário Internacional

ISS - Instituto de Supervisão de Seguros

MINIFIM - Ministério das Finanças

N.D- Nada Dizer

RPA - República Popular de Angola

SFA - Sistema Financeiro Angolano

SFI - Sistema Financeiro Internacional

SEF - Saneamento Económico e Financeiro

SPTR - Sistema de Pagamentos em Tempo Real

S.D. - Sem Data

S.L- Sem Lugar

Introdução

O sistema financeiro angolano tem como uma das suas mais notáveis características a busca da estabilidade, adaptadas às exigências da economia mundial e das normas que regem o sistema financeiro internacional. A solidez do sistema financeiro angolano resulta de uma gestão macroeconómica, orientada para proporcionar condições satisfatórias à manutenção de um fluxo de recursos entre aforradores e investidores do País e, por outro lado, valorizar a intermediação entre poupança e investimento, possibilitando ao setor produtivo uma maior eficiência.

A estrutura atual do sistema financeiro angolano resulta de um processo institucional e regulatório, responsável pela organização do mesmo. A génese do sistema financeiro angolano remonta a 1865, por meio da criação da primeira instituição financeira nacional. O objetivo último é o de dotar a economia de instituições financeiras, que promovam o espírito empresarial e facilitem o processo de surgimento de novos empreendedores, com a criação de pequenas, médias e grandes empresas.

O sistema bancário angolano registou um grande crescimento nos últimos dez anos, em termos de desempenho financeiro e do número de instituições bancárias, assim como a obtenção dos objetivos económicos que caracterizam os gestores das organizações. Com a globalização, e o aumento da concorrência dos mercados, a preocupação dos gestores aumenta, obrigando-os a identificar e implementar políticas que permitam uma maior eficiência e solidez no sistema financeiro (Soares, 2011).

Além do setor bancário, o setor dos seguros em Angola tem demonstrado um relativo crescimento, tanto em número de instituições, quanto em qualidade. Tudo isto deveu-se às reformas do setor, enquadradas no processo global de reformas económicas do país, e das soluções desenhadas no quadro da liberalização e da abertura do mercado financeiro. Com a aprovação e publicação da legislação, em 1999-2000, que regulamenta o setor, põe fim ao monopólio no setor de seguro, começando uma nova era para o mercado de seguros (ENSA, 2010).

Um outro setor não menos importante é o dos fundos de pensões, instituído em Angola em 1998, criado através do decreto n.º 25/98. Os fundos de pensões têm atuado como investidores institucionais e têm vindo a conquistar o seu papel em termos de desenvolvimento financeiro e económico.

Após a independência, o sistema financeiro nacional era relativamente desenvolvido, dispondo o estado angolano de duas instituições bancárias, nomeadamente, o Banco Nacional de Angola (BNA) e o Banco Popular de Angola (BPA). A partir de 1991, deu-se início à expansão da atividade bancária para os agentes privados. Fruto de estabilidade política e macroeconómica do país e da confiança que os angolanos têm no sistema financeiro nacional, o sistema financeiro sofreu sucessivas reformas entre 2002 a 2006. O sistema financeiro angolano registou assim, na última década, um crescimento qualitativo, como resultado dos investimentos feitos para a sua modernização.

As inovações tecnológicas no setor bancário, têm revolucionado o mercado de crédito. Inovações como o *Internet banking* têm permitido aos clientes o acesso às suas poupanças e contas correntes, gerir o seu dinheiro e até mesmo fazer pagamentos sem ter de se deslocar ao banco.

Mediante a análise de dados de indicadores extraídos dos Relatórios do BNA, do Ministério das Finanças e de instituições afins e de diferentes autores, procurámos apontar os setores do sistema financeiro angolano que mais cresceram nos últimos anos e, desse modo, darmos um contributo de forma a melhorar o conhecimento sobre o nosso sistema financeiro e contribuir para uma melhoria do seu desempenho.

A razão da escolha do tema

O trabalho que nos propomos a desenvolver baseia-se na caracterização histórica do sistema financeiro angolano, onde estudaremos as diversas etapas pela qual passou o atual sistema financeiro angolano, tendo em conta os períodos mais recuados da história de Angola, nomeadamente do período colonial até aos dias de hoje, de forma a conhecermos como atuaram os bancos públicos e privados e demais instituições financeiras nos diversos períodos de desenvolvimento do setor financeiro em Angola.

Com a presente dissertação pretendemos ainda realçar o papel do sistema financeiro angolano face ao atual contexto de reorganização económica financeira e de reconstrução que o país vive, uma vez que o sistema financeiro angolano tem como finalidade regulamentar, fiscalizar e executar as operações necessárias à circulação da moeda e do crédito na economia.

Por outro lado, também nos serviu de motivação o facto de que o conhecimento da história do sistema financeiro angolano é algo praticamente desconhecido e de grande relevância para a compreensão da história recente de Angola. Daí a necessidade de um estudo aprofundado para uma melhor divulgação, com vista à melhor projeção futura de um sistema financeiro forte, moderno, dinâmico e que garanta o crescimento económico de Angola.

Apresentação do problema investigado

Diante deste quadro, formulamos o seguinte problema fundamental:

- **Qual é o estado atual do sistema financeiro angolano?**

Na base deste problema científico podemos formular as seguintes perguntas de investigação:

- Quais são as características essenciais do sistema financeiro angolano?
- Quais os esforços empreendidos com vista à consolidação e reestruturação do sistema financeiro angolano?
- Quais são as perspetivas futuras do sistema financeiro angolano?
- Como tem reagido o sistema financeiro angolano face às mudanças no sistema financeiro internacional?

A partir do problema científico formulado, a investigação sobre o contributo para a história do sistema financeiro angolano visa os seguintes objetivos:

Objetivo geral da investigação

Demonstrar a evolução do sistema financeiro angolano

Objetivos específicos da investigação

Do objetivo geral extraímos os seguintes objetivos específicos:

- Descrever e referir a importância do sistema financeiro internacional e das instituições financeiras internacionais
- Caracterizar o sistema financeiro africano, de modo a obtermos informações sobre o estado atual das economias e dos setores financeiros nos países africanos e o papel das organizações financeiras em África
- Descrever a origem do sistema financeiro angolano
- Destacar a influência do sistema financeiro angolano no crescimento económico e social de Angola
- Fazer um levantamento da situação financeira e económica de Angola, e das suas perspetivas de desenvolvimento
- Realizar uma análise dos indicadores económicos e financeiros de forma a analisar o impacto do crescimento financeiro sobre os investimentos em Angola

Metodologia

Em função dos objetivos traçados, foram selecionados os seguintes métodos de investigação:

- A pesquisa bibliográfica foi direcionada na primeira fase para obras de carácter geral, que nos permitiram elaborar a estrutura do trabalho, e posteriormente, foram estudadas obras mais específicas, visando numa primeira fase a elaboração da fundamentação teórica em relação ao tema, assim como a recolha de factos, que não obstante serem de carácter geral, permitiram enquadrar a compreensão tanto diacrónica como sincrónica dos aspetos do tema.

- A bibliografia escrita (artigos de revistas, livros e jornais), proporcionou uma abrangência e profundidade tendo em conta os objetivos do tema que pretendemos alcançar no campo investigatório. A análise bibliográfica teve um papel de destaque, já que as tendências de autores de diversas obras foram estudadas no contexto em análise.
- As entrevistas livres, permitiram colher informações úteis que serviram de uma triangulação e triagem de informações colhidas nos conteúdos documentais, incluindo bibliotecas e mediateca situadas em Benguela e Lobito (Mediateca de Benguela, Biblioteca da Universidade Jean Piaget em Benguela, Biblioteca da Universidade Lusíada de Angola - pólo do Lobito, Biblioteca da Universidade Katiavala Bwila), em Luanda (Biblioteca da Universidade Agostinho Neto, Instituto de Supervisão de Seguros, Ministério das Finanças e o Banco Nacional de Angola), bem como organismos do Estado a nível provincial (BNA, Ministério das Finanças e governo provincial de Benguela), para recolha de dados nos relatórios, boletins, balanços e indicadores económicos e outros documentos publicados e associados ao tema do presente trabalho.
- A internet constituiu um oceano mundial de informação por isso não foi ignorada. As informações contidas na internet constituíram uma mais-valia e na base da censura e da comparação com os dados bibliográficos existentes foram enquadradas no seu devido contexto.

Estrutura do texto

O trabalho foi elaborado em conformidade com as limitações e delimitações que se observaram na definição dos objetivos que a presente investigação encerra, já que o núcleo do presente trabalho concorre para demonstrar a história do setor financeiro em Angola. Em função deste pressuposto, o trabalho apresenta-se em três capítulos.

- O primeiro capítulo trata do sistema financeiro internacional. O conceito, a importância, o papel das instituições financeiras e dos mercados

financeiros, bem como o impacto da crise financeira atual sobre o sistema financeiro.

- O segundo capítulo aborda o sistema financeiro africano, a sua evolução, principais características, o papel das instituições financeiras e dos mercados financeiros em África, assim como o impacto da liberalização financeira e das mudanças no sistema financeiro internacional em África.
- O terceiro capítulo retrata os aspetos referentes ao sistema financeiro angolano do período colonial até aos nossos dias, bem como os desenvolvimentos previsíveis do sistema financeiro, tendo em conta os objetivos das políticas de estado.
- Para além dos três capítulos anteriormente mencionados, neste trabalho consta, também, um resumo do trabalho, esta introdução que antecede os três capítulos e, após o desenvolvimento dos capítulos, uma conclusão, propostas e recomendações, a bibliografia, anexos, cronologia de acontecimentos relevantes, índice de abreviaturas e um glossário dos principais conceitos utilizados neste trabalho para melhor compreensão do texto.

Limitações do trabalho

Durante a elaboração desta monografia deparamo-nos com imensos obstáculos, que dificultaram o bom andamento do trabalho.

Em primeiro lugar foi a escassez de material bibliográfico, quer a nível das bibliotecas municipais e das instituições de ensino médio e superiores. A fraca publicação de artigos, revistas e monografia sobre temáticas da atualidade económica e financeira angolana, produto do fraco investimento em material didático e bibliográficos. Deparamo-nos com a ausência de departamento ou setores específicos nas diversas instituições dotados de organização e competência para apoiar iniciativa do género e disporem de fontes atualizadas para investigação científica. Por outro lado notamos a fraca participação ou colaboração de muitas instituições públicas e privadas em dar

apoio material e moral aqueles se propõe investigar temas cujos assuntos estão intimamente ligados ao seu objeto social.

Foi visível em muitos titulares de cargos elevado desconforto, desconfiança e falta de vontade em apoiar a pesquisa e um total desconhecimento do papel que os trabalhos académicos têm na consolidação da democracia, na divulgação de factos ligados da vida económica, políticas e social do país, em particular sobre o sistema financeiro angolano, que podem contribuir para um conhecimento amplo do setor em causa e para uma melhor projeção do nosso sistema financeiro. Por isso é necessário que as autoridades angolanas, instituições públicas e privadas facultam material a todos para investigação científica.

Errata

Toda obra humana é suscetível de erro, e a presente monografia não foge a regra, tanto pela natureza do trabalho, pelos objetivos que nortearam a investigação e pelo valor desta obra no atual processo de reconstrução e desenvolvimento de Angola. Por isso pedimos encarecidamente as nossas mais sinceras desculpas e compreensão pelos possíveis erros ortográficos e possíveis lacunas que este trabalho possa apresentar.

2. O SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL

2.1. FUNÇÃO ECONÓMICA DO SISTEMA FINANCEIRO

De acordo com Santos (2010), o sistema financeiro é o pilar do desenvolvimento económico das sociedades e, por meio deste, as empresas adaptam e financiam projetos de investimentos. Segundo Inácio (2009), o sistema financeiro compreende uma rede de mercados, cuja função é transferir fundos dos aforradores para os investidores, com maiores necessidades financeiras. O sistema financeiro é constituído por diversos intermediários financeiros, onde constam os Bancos Centrais, os bancos comerciais, bancos de investimentos, corretoras de valores, fundos de investimentos, fundos de pensões, bolsas de valores e companhias de seguros.

A eclosão do sistema financeiro deve-se a imperfeições nos mercados, como a falta de transparência na informação entre os agentes económicos e a necessidade de redução dos custos de transação, permitindo a normalização da locação de recursos entre os agentes económicos. O sistema financeiro permite a locação de fundos ou recursos financeiros provenientes dos aforradores com a finalidade de impulsionar o crescimento no setor produtivo, por meio de créditos a longo e a curto prazo para investimento ou para o consumo. Dentro do sistema financeiro podemos diferenciar dois sistemas, os mercados monetários e mercados de capitais (ver glossário).

Figura n.º 1 - Esquema do funcionamento do sistema financeiro



Fonte: Silva, 2006 (Elaboração própria)

De acordo com Correia (2005), dentro do sistema financeiro distinguem-se financiamento interno e externo. O financiamento interno baseia-se em receitas ou são provenientes das instituições, cujo projetos estão a ser financiados. O financiamento é externo quando os fundos destinados ao financiamento provêm de fora da instituição financiada. Os financiamentos externos classificam-se em financiamento direto e indireto. O financiamento é indireto quando é concebido por meio de intermediários financeiros, proporcionando menores riscos no que diz respeito ao conhecimento sobre a instituição credora, e custo nas transações de determinados ativos. O financiamento é direto quando o aforrador entrega diretamente nas mãos do agente deficitário, recebendo em troca um documento que certifica a entrega dos respetivos montantes e promessa de pagamento em tempo acordado.

Os sistemas financeiros têm como finalidade facilitar as transações financeiras de capitais entre os agentes económicos, facilitando o crescimento económico de cada país, reduzindo o financiamento externo por meio da captação de recursos internos, aumenta a liquidez, intensifica a acumulação de recursos e a mobilização de poupanças. De acordo com Carvalho (2011), o sistema financeiro desempenha as seguintes funções: gestão e mobilização de recursos financeiros, locação de recursos, divulgação de informação e monitorização de empresas, gestão de riscos¹ e redução dos custos de transação, cumprimentos das obrigações e pagamentos, difusão de informações sobre os diversos setores da economia.

Por meio da mobilização de recursos aos investidores obtêm recursos para fomentar os seus projetos, o que seria difícil de realizar apenas com capitais próprios, sem os intermediários financeiros. Os custos de transação têm a ver com os gastos feitos durante uma transação financeira (o pagamento advocatório para redação de contrato, etc.), com a redução destes custos, as instituições financeiras darão maior liquidez aos investidores e poderão maximar as suas transações à medida que vão aumentando o número de transações. A gestão de risco por parte das instituições financeiras possibilita que estes protejam seus investimentos, por meio da diversificação das suas

¹ Segundo Silva (2006) os investidores na execução dos seus projetos de investimento defrontam-se com dois tipos de riscos, nomeadamente risco idiossincrático e risco sistemático. O primeiro decorre da natureza do investimento e o segundo está ligado às adversidades do mercado.

carteiras de investimentos, permitindo uma maior liquidez nos investimentos e acumulação de capitais para suprir qualquer problema que possa surgir.

No sistema financeiro, as instituições financeiras desempenham um papel importante na gestão e monitorização das empresas, dando orientações sobre os melhores projetos, por meio de estudos de viabilidade, evitando deste modo o risco de falência. Dentro do sistema financeiro, as instituições financeiras são regulamentadas por normas próprias de cada país. Os sistemas financeiros baseados em mercados são caracterizados pela emissão de títulos, subdividem-se em mercado monetário e mercado de capitais, ambos responsáveis pela venda de títulos financeiros e concessão de crédito na maioria dos casos em bancos comerciais².

A forma mais elementar das relações financeiras é o crédito, surgem sempre que um agente económico transfere seus recursos financeiros a um agente deficitário, mediante a emissão de título de dívida, que constituem direito sobre a renda futura. As relações financeiras, dentro dos sistemas financeiros são abordadas mediante análise dos riscos, qualidade dos ativos e os prazos em que os ativos são emitidos ou comprados. O fraco controlo dos problemas provocados pela informação por parte dos intermediários financeiros, pode levar à decadência do mercado de crédito, já que estes têm a capacidade de diferenciar os riscos de créditos e avaliar a qualidade dos investidores.

Nos sistemas financeiros, os mercados financeiros compartilham os riscos e maximizam a eficiência dos investimentos e do crescimento económico dos investidores. O crescimento dos mercados nos diferentes estados tem impulsionado o aparecimento de novos bens e serviços, o que estimula a necessidade de existência de normas que regulam o sistema financeiro nacional e internacional, tendo em conta o papel desenvolvido pelos intermediários e operadores na locação de recursos financeiros.

² Distinguem-se os créditos a curto prazo concedidos pelos bancos comerciais, dos créditos a longo prazo concedido pelos bancos de investimento.

2.2. IMPORTÂNCIA DO SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL

O Sistema Financeiro Internacional, a par do sistema financeiro nacional, tem como propósito fornecer recursos das instituições mutuárias para as mutuantes com vista à produção de bens e serviços, quer a nível, regional a nível global, atuando desta forma como intermediários financeiros. Por meio deste são realizadas transações comerciais e financeiras entre instituições financeiras, empresas públicas e privadas, governos de vários países e bancos centrais. Segundo Corazza (2007), entende-se por sistema financeiro internacional as relações de trocas ou negócio entre moedas, atividades, fluxos monetários e financeiros, empréstimos, pagamentos, aplicações financeiras internacionais entre empresas, bancos comerciais, bancos centrais, governos e organismos internacionais.

Ao contrário do sistema financeiro nacional, este sistema não está dotado de organismos com poderes que garantam o funcionamento uniforme do mesmo, muito embora existem organizações internacionais que regulam o funcionamento do referido sistema, mas as suas políticas não têm caráter obrigatório por parte dos Estados. Inácio (2009) define-o como uma rede muito densa de instituições sociais, económicas e financeiras, cuja função é transferir fundos dos aforradores para aqueles com necessidades de financiamento. Todos os sistemas financeiros sejam eles nacionais ou internacionais baseiam-se em preceitos definidos pelos países participantes que regem o intercâmbio económico e financeiro entre eles.

O sistema financeiro internacional facilita o intercâmbio comercial entre os estados e investimentos à escala mundial, principalmente a transferência de capitais para onde forem mais lucrativos. Canalizam fundos para os agentes económicos que têm em excesso para aqueles que os necessitam para investimento. Permite também um alargamento dos mercados financeiros quer a nível regional como internacional, influenciando o crescimento e contribuindo para o bom funcionamento das economias, estimulando a criação de um sistema de pagamento internacional.

O sistema financeiro internacional tem um papel importantíssimo em qualquer economia, visto que além de promover a aproximação entres os aforradores e os investidores internacionais, possibilita a diversificação dos

investimentos, a diminuição dos riscos e o aumento dos rendimentos. As relações económicas a nível local são reguladas pelos mercados internacionais, num mundo sem barreiras, o que afeta tanto as formas de produção, organização do setor empresarial, a atuação dos estados na promoção do bem-estar social e económico. O sistema financeiro internacional não só permite a expansão dos recursos financeiros, como também promove uma maior interação entre os mercados nacionais, estimulando a concorrência entre os mercados internacionais.

O sistema financeiro internacional é determinante no crescimento económico de qualquer estado, uma vez que este disponibiliza de recursos financiamento para o setor económico através das instituições financeiras, que geram fundos para o crescimento económico, dinamizando o crescimento, injetando fundo nas economias nacionais para fazer funcionar os seus respetivos setores de produção nas diversas áreas (indústria, comércio, pesca agricultura e transporte).

Este sistema também comporta riscos, que são responsáveis pela instabilidade do mesmo e da volatilidade dos fluxos de capitais a nível internacional. A estabilidade do sistema financeiro internacional depende da solidez das economias nacionais, daí a necessidade de regulamentação, de modo a garantir a transparência nas instituições e dos mercados financeiros e uma melhor proteção dos consumidores e dos investidores, aumentando a qualidade e a consistência internacional do capital.

2.3. ORIGENS DO SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL

2.3.1. O PADRÃO – OURO (1879 - 1913)

Segundo Marcondes (1998), o primeiro sistema financeiro internacional foi o padrão ouro que prevaleceu de 1879 a 1913, quando a Inglaterra era a potência económica mundial, líder do sistema financeiro mundial. Mendes (2005) explica que o padrão ouro como instituição legal surgiu em 1819, quando o Parlamento Inglês aprovou a *Ressumption Act*, lei que exigia que o Banco de Inglaterra voltasse a trocar notas por ouro, prática interrompida quatro anos antes, após as guerras Napoleónicas, mas adotada por outros Estados como Alemanha e o Japão. Este sistema expandiu-se por todos os

países desenvolvidos da época, tendo os Estados Unidos da América só retomada o padrão ouro depois da guerra civil, em 1879.

Para Gontijo (2011), o padrão ouro, como sistema monetário, possui as seguintes características:

- Dinheiro – mercadoria (ouro ou prata) de livre cunhagem.
- Plena convertibilidade da moeda de crédito emitida pelos Bancos Comerciais, em particular das notas bancárias e créditos em conta corrente em ouro ou prata.
- Plena liberdade de exportação e importação de moedas e de barras de ouro e/ ou prata.

O padrão ouro baseia-se na teoria quantitativa da moeda³. A adesão a este sistema por muitos países baseou-se na convertibilidade da moeda nacional em ouro, na liberdade de movimento de capitais e num conjunto de regras vinculadas à moeda em circulação das reservas nacionais. O objetivo deste padrão consistia em limitar o aumento da quantidade de moeda na economia mundial assegurando a estabilidade dos preços mundiais. Para manter o equilíbrio interno dos preços em relação ao ouro, os bancos centrais de cada governo necessitavam de ter grandes quantidades de moedas em reserva em ouro.

A vantagem deste sistema repousa-se na estabilidade das taxas de câmbio e no equilíbrio das economias, e como objetivo de manter a paridade entre as moedas nacionais e o ouro. A sua fraqueza assenta na desigual distribuição do ouro entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento que tomam parte do sistema. Em relação ao equilíbrio comércio externo, os Bancos não perdiam nem ganhavam ouro. Os lucros ou deficit da balança de pagamento tinham de ser regularizados em ouro pelos Bancos Centrais. O Padrão ouro utilizava o fluxo de preços, mecanismo em espécie descrito por David Hume em 1752⁴, também conhecido por regra de jogo, centrado na relação entre o valor da moeda e a evolução dos preços. O Padrão ouro resulta

³ Teoria que estabelece a relação entre o preço de uma determinada mercadoria e a quantidade de em moeda em circulação. Baseia-se no facto de que o aumento da quantidade de moeda na economia estimula o aumento dos preços dos produtos (Nunes, 2008).

⁴ É um mecanismo criado no sistema padrão ouro, com a finalidade de ajustar as flutuações ou variações dos preços, compensado por entradas e saídas da moeda em ouro, de modo

em taxas de cambio fixa em todas as moedas que era designado de paridade da moeda.

A taxa poderia ficar acima ou abaixo da paridade da moeda tendo em conta as reservas em ouro de cada país. Este mecanismo exigia que os governos reforçassem os resultados das transações em ouro tendo em conta a elevada quantidade das moedas. Logo a sua aplicação só era possível devido ao facto da oferta de moeda de cada país consistir em ouro ou papel moeda coberto pelo ouro. Todos os países com lucros na balança de pagamentos sofreriam expansão monetária para a entrada do ouro, levaria o aumento do ouro em poder dos seus Bancos Centrais e com isso um aumento dos seus passivos monetários. Os países com perdas na balança de pagamentos sofriam diminuição dos seus passivos quando os Bancos Centrais vendiam ouro.

Os níveis de preço dos produtos sobem nos países com ganhos na balança de pagamentos quando o seu meio circulante aumenta, enquanto que os estados com deficit sofreriam uma redução do seu capital circulante, e como consequência teriam redução nas suas importações. Competia os bancos centrais manterem a paridade das suas moedas em relação ao ouro, uma quantidade considerável de ouro em reserva e o combate às variações na sua balança de pagamentos. Em caso de deficit, os bancos centrais deviam diminuir os seus meios circulantes, com vista a baixar os preços e aumentar a competitividade interna, reduzindo perdas no exterior.

Oliveira (2008) afirma que quando o padrão-ouro se desmoronou, tal levou à decadência de todo o sistema político do séc. XIX. A instabilidade monetária transformou as moedas dos países europeus e todos que tomaram parte da Grande Guerra. O fim do padrão ouro está ligado ao início da Primeira Guerra Mundial. Como consequência deste trágico conflito, os países europeus deixaram de converter as suas moedas em ouro optando por cobrir as suas despesas com moedas nacionais, a exemplo dos Estados Unidos da América

estabilizar os preços entre os estados e equilibrar os pagamentos nos mercados internacionais (Marcondes, 1998).

(EUA). Uma das razões para o fim deste período foi a escassez do ouro, já que o rápido crescimento das economias mundial, exigia uma maior quantidade de ouro lastreado. Esta redução do ouro ameaçou travar a rápida prosperidade do sistema financeiro internacional. Outra causa da decadência deste sistema, foi o desenvolvimento alcançado pelos Estados Unidos nos finais do século XIX. A procura crescente por moedas provocou a redução das reservas nos bancos norte americanos.

2.3.2. OS ANOS DA GUERRA (1914-1939)

Durante a guerra, a força de trabalho e a capacidade produtiva dos países beligerantes são reduzidas, provocando inflação e instabilidade económica e sociais. Verificou-se a diminuição em larga escala das reservas de ouro a nível mundial, levando os países a abandonarem este sistema. Foram criadas políticas macroeconómicas para pôr fim às crises internas. Contudo, com o grande endividamento público, a falta de credibilidade em moedas internacionais e a crise económica de 1929, levaram ao abandono do padrão-ouro, muito embora houvesse estados (exemplo: Inglaterra, Alemanha, Hungria e Áustria), que tentaram voltar ao padrão-ouro, a partir dos anos vinte. No período pós-padrão ouro, foram criadas diversas leis que proibiam a utilização do ouro. Com a escassez do ouro os países para financiarem os conflitos, tinham de emitir moedas sem lastros, pelo que foi suspensa a utilização do ouro. A emissão descontrolada provocou a subida dos preços e o aumento da inflação.

Com o término da primeira guerra mundial, os estados passaram por uma fase de reconstrução, provocando o esgotamento das suas receitas públicas. Com a crise financeira de 1929, o mundo passou por um período de recessão económica, marcado pela implementação de medidas que incentivavam o consumo de produtos nacionais, com o aumento dos impostos sobre as importações, com a finalidade de estimular a produção nacional e o aumento do emprego. Tal foi o caso dos EUA, cujas medidas favoreceram a redução das importações, levando ao aumento do desemprego e fraca produtividade nos países com quem tinham ligações comerciais, forçando estes estados a imporem limitações no comércio com o resto do mundo.

Na tentativa de debelar a crise, os governos decidiram usar o padrão-câmbio ouro⁵, diferente do padrão-ouro, isto porque tanto o ouro como as moedas convertíveis eram utilizadas como moedas internacionais. Neste padrão, os Bancos Centrais poderiam ter uma parte considerável das suas reservas monetárias em ouro e outra em moeda nacional. O padrão câmbio ouro não suportou a grande depressão de 1929 e perdeu definitivamente o seu papel de reservas internacional em 1931.

2.3.3. O SISTEMA DE BRETTON WOODS

Entre 1 e 22 de junho de 1944, 44 países e representantes das principais potências económicas mundiais reuniram-se em Bretton Woods no New Hampshire (E.U.A.), para estruturar um novo padrão monetário internacional. Os arquitetos deste acordo foram os E.U.A. e a Inglaterra, nas pessoas de John Maynard Keynes (Reino Unido) e Harry Dexter White (do tesouro Americano). O acordo de Bretton Woods teve como objetivo proporcionar um clima monetário estável com vista a facilitar a recuperação do comércio internacional e a estabilização do sistema financeiro mundial, degradado pela crise de 1929 e pela Segunda Guerra Mundial. O sistema de Bretton Woods apareceu com o propósito de estabelecer uma nova ordem económica, com o intuito de manter a paridade das taxas de câmbio entre as principais potências económicas no mundo.

John Maynard Keynes propunha a criação de uma moeda internacional denominada de Bancor, representando certa quantidade de ouro, que deveria ser usada pelos governos e bancos centrais para transações internacionais. Cada país devia fixar o valor da sua moeda tendo em conta uma unidade de Bancor. As transações internacionais seriam realizadas em moedas nacionais que tivessem paridade fixa com o Bancor, que não teria existência física (moeda escritural). Seriam permitidas mudanças inferiores ou iguais à 5% na

⁵ Empregam-se quando a moeda de um estado é convertível noutra moeda equivalente ao ouro, foi usual durante as guerras mundiais, como resposta à distribuição do ouro nos mercados internacionais (Lívia, 2005).

paridade de moeda nacional ou internacional, quando o país apresentasse dificuldades na Balança de Pagamentos por um período de dois anos.

Keynes propunha ainda a criação de uma União Internacional de Compensação (*International and Learning Union*) que possuísse grande quantidade de recursos e que centralizasse o sistema de pagamento no geral com a responsabilidade de apoiar e corrigir os países com desequilíbrio na Balança de Pagamentos, a fim de tomarem recursos em empréstimo. Seria esta instituição responsável pela emissão do Bancor. Estes empréstimos seriam feitos não exercendo os limites acordados e em troca, teriam de ceder as suas reservas excedentárias ou manter as importações.

Harry Dexter White defendia também a criação de uma moeda internacional chamada “Unitas”. Defendia a criação de um fundo de estabilidade global que advinha dos países membros, pago em ouro e parte em moedas nacionais. O seu objetivo era prestar ajuda aos membros que apresentassem dificuldades na balança de pagamentos. O plano de White tinha em vista o derrube de práticas discriminatórias nos câmbios e comércio externo, a partir da redução das barreiras no comércio internacional. Ambos defendiam o controlo de capitais. O plano de Keynes era dirigido para manter o comércio externo funcional, nos fluxos de capitais; defendia que os países que deveriam assumir a responsabilidade pelo ajustamento, seriam os credores, mas White atribuía esta responsabilidade aos países devedores.

Entre as propostas de Keynes e de White, destacava-se a intenção de criar condições para que cada estado pudesse gizar políticas macroeconómicas de fomento ao emprego. No final foram fundamentalmente aprovadas as propostas de White. Na conferência Bretton de Woods foram criadas instituições com vista a elaborarem as regras do funcionamento da economia global: o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) e o GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio). O objetivo do FMI era o de criar disposições de ajustamento dos países que apresentassem desequilíbrios nas suas balanças de pagamentos, facilitar o pagamento nas transações correntes internacionais e estabilizar as taxas de câmbio. O BIRD tinha como função fortalecer os recursos para investimentos a longo prazo dos países filiados, e o GATT elaborar regras do funcionamento do comércio mundial.

Com base na paridade fixa, se um governo apresentasse uma taxa de inflação muito alta começava a registrar-se um aumento das importações em detrimento das exportações, levando à depreciação da sua moeda face ao dólar. Para manter a paridade fixa, a única solução dos governos seria melhorar a balança de pagamentos através de políticas monetárias e orçamentais com vista à redução das importações, e incentivando as exportações. A moeda norte-americana (Dólar) surgiu como a única moeda de carácter universal, sendo utilizada nas transações comerciais entre os países, nos contratos entre eles e servindo também como referência para o valor das reservas acumuladas por todas as nações (inclusive a União Soviética), simbolizando a hegemonia norte americana.

Godoy (2007) afirma que o sistema de Bretton Woods, apenas foi eficiente até finais dos anos 70 e durante este período subestimou o desenvolvimento industrial de vários países. O sistema de Bretton Woods não permitia o sistema de câmbios fixos entre moedas, fixando somente a paridade com relação ao Dólar Americano, que se passou a denominar-se de valor a par. O sistema estabelecia as paridades do Dólar Americano por outra conversão a 35 dólares por onça de ouro, apesar de não referenciar a paridade entre outras taxas de câmbio, verificou-se a existência de arbitragem triangular entre as moedas.

2.3.3.1. O FIM DO BRETTON WOODS

O sistema de Bretton Woods durou de 1944 a 1975, entrando em colapso a partir dos anos 70. Este sistema funcionou num espaço de tempo muito limitado, sendo várias as razões que levaram a sua decadência, dentre elas temos a mencionar:

- O investimento direto de capitais americanos na Europa, permitindo o rápido crescimento das economias europeias e japonesa que acumularam capitais ao ponto de atrair capitais americanos.
- O elevado índice de inflação nos Estados Unidos da América, que favoreceu os deficits da balança de pagamentos.
- A redução das reservas de ouro nos Estados Unidos da América, já que eram responsáveis por garantir a conversão do dólar em ouro.

- A desvalorização do dólar por parte do banco central americano, provocado pelo excesso de divisas em circulação.
- A diminuição da procura dos produtos americanos, perante os seus concorrentes internacionais.

A fraca procura de produtos americanos gerou desequilíbrios na sua balança comercial e os Estados Unidos para se estabilizarem precisavam que os demais países estivessem de acordo em mudar a paridade de conversão do ouro em dólares. Como tal não foi aceite, os Estados Unidos em 15 de agosto de 1971, na pessoa do presidente americano Richard Nixon, romperam com a livre convertibilidade Dólar/ouro, obrigando os demais países do comércio mundial a se reunirem, no mesmo ano, no Instituto Smithsonian em Washington (EUA), para reanalisarem as paridades, sem, entretanto se produzirem grandes resultados.

Todos os esforços realizados pelos diversos países após o acordo Smithsonian, com o intuito de manter o regime de Bretton Woods, foram agudizados pelo surgimento da crise mundial do petróleo entre os anos de 1973 e 1974, e pela recessão dos demais países, o que fez com que este sistema fosse aos poucos deixado de lado, levando os governos a adotarem políticas monetárias e orçamentais, para combate à inflação e à recessão. Em janeiro de 1976, durante o congresso internacional do Fundo Monetário Internacional, na Jamaica, foi acordado que as taxas de câmbio passariam a flutuar livremente.

2.3.4. LIBERALIZAÇÃO FINANCEIRA

Com o fim do regime de Bretton Woods em 1971, surgiu nos anos 80 um novo sistema financeiro marcado pela liberalização financeira em resultado das mudanças no sistema financeiro mundial e nas economias nacionais, concretamente impulsionados pela difusão dos capitais privados em países emergentes e pela incapacidade dos governos de tomarem decisões com vista à estabilidade das suas economias. A liberalização financeira pode ser definida como um processo de interligação dos mercados de capitais a nível nacional e internacional, levando o surgimento de um mercado comum à escala mundial.

A liberalização financeira não é um facto recente, data do século XV e XVI, com a expansão marítima europeia, quando países da Europa cruzavam mares para comerciarem com povos da Ásia, América e África (Plihon, 2007). Todavia, o primeiro grande exemplo de liberalização financeira teve lugar no século XIX, quando se intensificou as trocas comerciais e de capitais entre a Europa e América, interrompida logo a seguir pelas duas guerras mundiais. Um dos fatores importantíssimo para a liberalização financeira foi à criação do euromercado⁶.

Segundo Hermann (2003), liberalização financeira entende-se como a eliminação do controle das taxas de câmbio, bem como as barreiras legais à livre composição de carteiras pelos aforradores e instituições financeiras. Este período pressupõe a redução das normas de funcionamentos dos bancos e dos fluxos de capitais dentro e no exterior de um país. Este sistema é caracterizado pela independência dos Bancos Centrais, que utilizam uma diversidade de medidas políticas, por exemplo, a política monetária, a política cambial, e a política de crédito, diminuindo a intervenção do Estado. Teoricamente a liberalização financeira estimula o comércio interno e externo, o crescimento mais rápido da oferta dos bens e serviços, o equilíbrio nas importações e exportações evitando a inflação dos preços, por outro lado o aumento do emprego e salários mais competitivos, sem o domínio do capital por parte do estado.

A liberalização financeira foi sempre impulsionada pela:

- Desregulamentação nos mercados financeiros, ligado a dinâmica do sistema financeira internacional e nacional
- Desenvolvimento tecnológico associado ao rápido progresso da informática e telecomunicações.

⁶ O Euromercado surgiu como resposta à crescente regulamentação imposta pelos vários governos europeus aos mercados locais de capitais, sobretudo nos mercados de renda fixa. O Euromercado oferece às empresas uma oportunidade de emitir títulos de dívida ou obter empréstimos fora de seus mercados nacionais, com custos inferiores. Isto só é possível devido à menor regulamentação governamental e ao maior universo de investidores. Este mercado é parte do sistema financeiro internacional e as transações são de grande vulto (Veiga, 2007).

- Políticas implementadas por diversos estados em relação às taxas de juros, cujo aumento tem causado maior atracção de investimentos.
- Necessidade das empresas nacionais em investirem no exterior país, com objetivo de diversificarem suas carteiras de investimentos e as suas fontes de financiamentos.
- Estabilidade económica e instabilidade nas taxas de câmbio.
- Dificuldade de investir nos mercados internos em países desenvolvidos, tem motivados os investidores aplicarem seus capitais nos mercados externos (exemplos, os EUA e países da Zona Euro).

Este sistema baseia-se no empréstimo de capitais dos países desenvolvidos que têm excesso de capital para os países com necessidades de financiamento e na promoção da diversificação global de riscos, com vista ao crescimento económico, a partir dos ganhos resultantes dos fluxos de capitais. A liberalização financeira estimulou a poupança e o crescimento do setor bancário e dos mercados financeiros dos países emergentes. A transferência maciça de capitais dos países desenvolvidos para os países em vias de desenvolvimento provocou a redução dos custos do capital e o aumento do crescimento do produto interno bruto dos países em desenvolvimento.

A liberalização financeira pressupõe o fim das barreiras alfandegarias e comerciais, o crescimento tecnológico, e a abertura dos mercados financeiros. Os investimentos em países emergentes conduzem ao aumento de liquidez por parte dos países desenvolvidos, que queiram investir em projetos ambiciosos e especulativos. Deste modo, a saída desmedida de capitais em forma de empréstimo potencia o aparecimento de crises financeiras, especialmente no setor bancário (crise cambial e monetária) e na balança de pagamentos, o que retira a solidez do sistema financeiro internacional, como a crise de 1990 no México resultante da liberalização desmedida do seu sistema financeiro⁷.

A liberalização financeira tem permitido que agentes económicos não residentes (empresas multinacionais) atuam em mercados nacionais através de

⁷ A Crise de 1994 no México foi motivada pelo aumento da dívida externa desse país, quando pouco se esperava, uma vez que vivia um momento de prosperidade provocado pelo aumento do preço do petróleo devido às crises no médio oriente, o que levou as autoridades governamentais mexicanas a contrair volumosos empréstimos no exterior (Lobão, 2005).

sucursais e empresas filiais, dão a possibilidade aos agentes económicos nacionais produzirem bens e serviços produzidos fora de seus países, a rápida expansão dos fluxos internacionais de capitais, maior intercâmbio entre os sistemas financeiros nacionais e o aumento da concorrência nos mercados financeiros, envolvendo bancos, instituições financeiras não bancárias e não financeiras. Como resultado da liberalização financeira, em todos os continentes, os mercados emergentes passaram a ter centros financeiros para intermediação financeira ou aplicação de recursos financeiros, a exemplo Hong Kong na Ásia, México na América Latina.

Com a liberalização, os fluxos internacionais de capitais cresceram a partir dos anos 80, nos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, que promoveram a sua dívida externa e sua estruturação económica. Este desenvolvimento deveu-se em larga escala à atuação de instituições internacionais como é o caso do FMI com as suas políticas de incentivo ao crescimento. Os anos 90 foram caracterizados pela conectividade nos mercados financeiros e setor bancário, com vista a procura de mais lucros. Desde meados dos anos 80, se assiste uma vaga de privatizações à escala mundial, envolvendo inúmeros estados como a França, a Inglaterra Alemanha, a Itália e estados da América Latina, a título de exemplo o Brasil. A Liberalização levou o surgimento de zonas de livre comércio, como o mercado único criado pelos Estados Unidos e o Canadá em 1998, e o mercado único europeu em 1993 (Finuras, 1999).

Como consequência da liberalização financeira, o sistema financeiro internacional, tem assistido o surgimento de inúmeras crises financeiras resultante da ausência de um organismo regulador de toda atividade das instituições afeto a todos os sistemas financeiros, em particular os mercados financeiros e nos mercados de capitais, o que têm deixado economias de todo o mundo em recessão, como é o caso da recente crise na zona euro, cujo impacto é sentido além das fronteiras do continente europeu. Deste modo, urge a necessidade a criação de um mecanismo que regula as economias num mundo onde as crises são cada vez mais frequentes, visto que a liberalização dos mercados financeiros está cada vez mais ligada à crescente instabilidade, expondo aos riscos inerentes ao sistema financeiro internacional e ao comércio a escala global.

2.4. CRISES NO SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL

As crises no sistema financeiro internacional não são recentes. Desde os períodos mais remoto da história que a humanidade se vem debatendo com crises financeiras. Estas crises financeiras surgem devido a fortes reduções dos preços dos ativos financeiros de uma empresa ou instituição, em muitos casos motivadas pela instabilidade política, econômica e social, levando a falência de empresas e à falta de liquidez. São muitas vezes resultantes da desregulamentação financeira, levando classe empresarial a pautar-se por procedimentos de elevado risco e especulativos para tirarem vantagens competitivas em relação às outras empresas do setor, em prejuízo do sistema financeiro e dos restantes agentes econômicos.

As crises no sistema financeiro internacional são marcadas pelo agravamento da situação econômica, pelo aumento da dívida pública e pela elevada dívida externa. Em muitos casos estão conectadas com a globalização, devido à mundialização dos mercados financeiros, facto que tem facilitado a expansão das crises em países com os quais existem maiores intercâmbios comerciais.

As crises mais frequentes no sistema financeiro internacional são as crises no setor bancário e as crises nos mercados de câmbio. A crise no setor bancário surge quando um conjunto de instituições bancárias vêm os seus ativos desvalorizados, cujos efeitos se estendem às outras instituições do mesmo setor (risco sistémico), o que leva os depositantes a retirarem em desespero todas as suas poupanças, diminuindo as suas disponibilidade e liquidez, e assim aumentando os riscos de falência e insolvibilidade. Esse pânico difundiu-se para outros bancos, em razão da ameaça direta que a insolvência de um banco gera para a solvência de outros (pois os bancos também emprestam dinheiro uns aos outros), mas também porque as mesmas incertezas podem gerar uma corrida para a retirada de recursos de distintas instituições financeiras.

Dessa forma, apesar de resolver em grande parte algumas falhas de mercado, entre as quais o problema da informação assimétrica, os bancos são também suscetíveis a crises de confiança. Devido aos empréstimos interbancários, a crise acaba por afetar o setor, já que diminui as garantias dos

bancos devedores para fazer face às suas dívidas para com outros bancos, aumentando o risco de contágio. As crises no setor de cambial, expressam as perturbações nos mercados de câmbios, caracterizadas por uma forte instabilidade nas taxas de câmbios, provocando desconfiança dos agentes económicos.

O aumento das taxas de juro, tem constituído sempre um fator de desestabilização do sistema financeiro internacional, no sentido que, estes aumentos apenas permitem a realização de investimentos avultados que implicam enormes riscos, em virtude dos incumprimentos a que estão sujeitos. Por outro lado, as subidas das taxas de juro podem ter influência nos gastos financeiros das empresas. As crises no sistema financeiro internacional têm origem nos mercados de capitais, com a redução do valor dos ativos financeiros e das empresas, diminuindo a preços das ações, limitando os credores de financiarem as empresas de capital por vias de ações. Tudo isto é agrava a incerteza de informação destas instituições junto dos investidores.

Durante a nossa era, o sistema financeiro internacional, conheceu inúmeras crises como a crise no México, da Argentina, a crise do sudeste asiático, a crise do setor imobiliário nos Estados Unidos em 2008. Mas a primeira crise no sistema financeiro internacional, com impacto à escala mundial, foi a crise de 1929, conhecida como a Grande Depressão, cujo efeito foi extensivo a todo mundo. Já recentemente o mundo foi severamente abalado pela crise de 2008, crise que teve a sua origem no setor imobiliário nos Estados Unidos, provocada pelo mercado do crédito habitacional de elevado risco.

Recentemente, o mundo assistiu à eclosão da crise grega, provocada pelo aumento da sua dívida pública, e dificuldade de financiamento nos mercados internacionais, cujo impacto não é unicamente sentido na Europa, mas em todos os mercados financeiros, e cuja resolução parece ainda distante. Devidos aos seus efeitos nefastos no sistema financeiro internacional, deve contar com forte participação dos governos e das organizações internacionais, na regulamentação do sistema financeiro nacional e internacional, nos controlos das trocas comerciais, controlo dos capitais estrangeiros e na supervisão dos mercados cambiais.

3. O SISTEMA FINANCEIRO EM ÁFRICA

3.1. CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA FINANCEIRO AFRICANO

As instituições financeiras em África são ainda escassas, tendo apenas uma minoria da sua população acesso aos serviços bancários e às instituições financeiras em geral. Muitas delas são caras e deficientes no seu funcionamento, com montantes mínimos de depósito altos e juros elevadíssimos. Uma das razões do lento crescimento das instituições financeiras em África é o facto de muitos labutarem no setor informal e viverem em extrema pobreza, o que coloca barreiras na expansão dos serviços destas instituições financeiras, sobretudo, no acesso ao crédito e aos seguros. Além disso, o difícil acesso aos registos e outros documentos essenciais tem sido outro problema no acesso limitado ao financiamento.

De acordo com Semahagn (s.d), o sistema financeiro em África possui as seguintes características:

- O sistema bancário e as estruturas de financiamento em muitos países africanos permanecem subdesenvolvidas e pouco competitivas.
- O sistema bancário e financeiro existente em muitos estados africanos, em parte, deve sua origem ao quadro institucional estabelecido durante o período colonial.
- Os sistemas bancário e financeiro que emergiram no pós-período de independência refletem, por conseguinte, em certa medida a infraestrutura institucional estabelecida no pré- período de independência.
- O setor financeiro informal é maior do que do setor formal em muitos países africanos.
- Baixo nível de desenvolvimento do setor financeiro.
- A alienação do setor financeiro formal de uma grande proporção da população africana.
- A negligência das necessidades do empresário de pequena escala e dos trabalhadores rurais.
- Elevado grau de incumprimento no crédito.
- Curto prazo dos empréstimos bancários.

A dependência de capitais estrangeiros é ainda um facto no sistema financeiro africano, devido aos reduzidos capitais, às limitações no acesso ao crédito e aos baixos orçamentos, que impedem a realização de grandes projetos e, em particular, o financiamento das pequenas e médias empresas, como é o caso do financiamento rural. A maioria das instituições estrangeiras só penetraram em África por volta da década de 80 e 90 do século passado. A permanência de instituições financeiras estrangeiras é motivada pelas políticas de incentivo económicas e financeiras por parte dos governos, que visam melhorar a atividade das instituições bancárias e não só, por meio de reformas nos bancos estatais bem como nos bancos privados, seguradoras, fundos de pensões, mercados de capitais e instituições bancárias.

Os bancos estrangeiros não têm estado alheios aos problemas que afetam o continente africano. Ajudam a promover o crescimento económico e social, impulsionam o desenvolvimento tecnológico, permitindo a cooperação entre empresas, levando à troca de experiências. Apesar do seu contributo para o crescimento económico de África, em particular nos países da África subsariana, os bancos estrangeiros se têm deparado com a concorrência dos bancos locais e as políticas de muitos governos têm como objetivo impedir que os grandes bancos dominem os seus mercados financeiros.

As instituições bancárias em África prestam serviços no setor do crédito, destinados, sobretudo ao financiamento de empresas, pessoas singulares e projetos a nível do setor público e privado, que visam melhorar as condições de vida dos seus habitantes. Os desenvolvimentos do sistema financeiro africano têm sido impulsionados particularmente pela concorrência entre as instituições financeiras que atuam no mercado de crédito e pelas inovações tecnológicas no setor bancário, influenciado pelos rápidos progressos do setor informático, telecomunicações e cooperação interbancária a nível interno como externo.

A constituição do sistema financeiro africano varia de acordo com as condições concretas de cada estado e os inúmeros problemas que afetam cada região, como a pobreza, os problemas humanitários e os conflitos étnicos e as guerras civis, fatos que contradizem com o potencial humano e recursos naturais do continente berço da humanidade. O sucesso do sistema financeiro africano depende das medidas macroeconómicas gizadas pelos governos e da existência de liquidez nos mercados financeiros internacionais. O sistema

financeiro africano é fortemente controlado pelos bancos centrais, que possuem autonomia dos seus governos e, em conexão com os ministérios das finanças, elaboram as normas, que regem o setor financeiro e económico.

Na sua maioria, os sistemas financeiros africanos são controlados por bancos governamentais. Além dos bancos comerciais nacionais, assiste-se em África ao aumento crescente de instituições bancárias privadas e estrangeiras, cujo capital representa uma parte significativa dos investimentos das empresas nacionais e do setor em que atuam. Refira-se que, o setor bancário dirige-se em muitos casos principalmente para a aquisição de títulos da dívida pública, facto que provoca uma redução do crédito facultado pelos bancos privados, desmotivando deste modo o crescimento do setor empresarial. Para inverter o quadro, muitos governos reforçam o capital das instituições bancárias.

Além do setor bancário, um dos setores que tem crescido bastante em África é o setor segurador, na sua maior parte privado, apesar da presença de empresas de seguros governamentais, como acontece em Angola. Estes mercados têm fornecido produtos e serviços, que têm implicações significativas para o quotidiano das pessoas, das empresas e da economia. Além de proteger quantidade substancial de ativos e vidas e participar de todos os setores da economia dos países, por outro lado, tem permitido gerenciar riscos, mobiliza poupanças e, sobretudo, facilita investimentos estratégicos. Independentemente dos esforços feitos para a sua rápida expansão, o setor ainda se encontra numa fase embrionária, tendo apenas uma minoria acesso a seguros de vida, seguros de saúde e, em particular, o seguro automóvel.

Tal como o setor dos seguros, os mercados de capitais em África estão em lento crescimento. As inúmeras reformas no sistema financeiro têm levado a progressos nos mercados de capitais, com a criação de bolsas de valores⁸. O seu desenvolvimento é afetado pela escassez de empresas e pela falta de capital para incentivos ao mercado bolsista em África. Apenas a África do Sul e o Egito conseguem manter um número de empresas considerável e o Gana e a Tunísia também registam um aumento considerável de empresas. Este reduzido número de empresas deve-se à fraca atividade comercial, em

⁸Os mercados mais antigos são o do Egito e a África do Sul. No Norte de África, temos atualmente vinte bolsas de valores.

especial, a carência de grandes empresas nacionais, a falta de uma cultura contabilística e de gestão transparente nas empresas e, os inúmeros riscos de retorno do capital (por exemplo, o risco político) a nível dos investidores, dificultando a viabilidade dos mercados de capitais em África.

A maior parte das bolsas de valores em África utiliza o sistema de negociação que é feito manualmente, por meio de um sistema de compensação. Apenas uma minoria utiliza sistemas de negociação automáticos, como é o caso das bolsas de valores de Joanesburgo - *Johannesburg Securities Exchange* (JSE) - na África do Sul, a Bolsa argelina, a *Borsa Regionale des Valeurs Mobilieres* (BRVM), com sede em Abidjain (Costa do Marfim), e a *Egyptian Exchange* do Cairo e Alexandria (Egito). Este sistema de negociação tem criado barreiras no funcionamento das bolsas, no que diz respeito ao acesso à informação sobre os critérios de negociação de ações. Os mercados bolsistas em África são ainda caracterizados pela fraca presença de mercados secundários de títulos e pela presença reduzida de mercados de obrigações para emissão de títulos da dívida por parte dos governos.

As instituições governamentais desempenham um importante papel na regulamentação do setor financeiro, mediante a criação de políticas que incentivam o crédito e o controlo das taxas de juros e de câmbios, permitindo também que as empresas e instituições nacionais tenham acesso a financiamentos externos e internos. O incumprimento das normas que regem o setor financeiro por parte de muitas instituições financeiras tem colocado barreiras às instituições reguladoras na análise minuciosa dos relatórios daquelas, tendo em vista o combate do risco sistémico e a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas instituições bancárias. Os desafios não se estendem apenas ao setor bancário, também ao nível das seguradoras e fundos de pensões, que impõem inúmeras dificuldades na supervisão do cumprimento dos regulamentos, que garantem melhor solidez no funcionamento e sua rápida expansão.

3.2. O IMPACTO DA CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL EM ÁFRICA

Ao contrário do que aconteceu aquando da crise bancária verificada nos anos 90 do século passado, o sistema bancário africano tem-se revelado estável face à crise financeira atual, dotando-se de recursos financeiros suficientes, que permitem às instituições bancárias maior liquidez e maior gestão de risco operacional. Mas tal facto não descarta a ocorrência futura de uma crise a nível do setor bancário no continente.

Apesar do crescimento visível nas economias africanas, o sistema financeiro africano não está alheio aos efeitos nefastos da crise financeira internacional (ver capítulo anterior). A internacionalização do sistema financeiro mudou as relações económicas à escala mundial, a livre circulação de capitais e a flexibilidade e volatilidade das taxas de câmbio e de taxas de juros, o que muitas vezes tem dificultado o crescimento do setor económico e financeiro dos estados africanos, provocando crises nas suas balanças de pagamentos.

África debate-se também com os problemas causados pela crise financeira, que afetam e continuarão a afetar, caso não se tomem medidas urgentes de modo a garantir a manutenção de todo o progresso na esfera social e económica até agora alcançado. Tal perigo decorre da relação de dependência, motivada em parte pelo intercâmbio comercial com a Europa e com os EUA, que constituem não só os maiores clientes dos recursos naturais e matérias-primas, mas também são aqueles que mais investem seus capitais em África.

Os efeitos da crise financeira internacional em África variam consoante as características concretas de cada estado, tais como a sua capacidade de produção interna, a existência de recursos naturais e humanos disponíveis, a ligação aos mercados financeiros e instituições financeiras internacionais, a sua capacidade exportadora, etc. A região mais afetada pela crise é a África subsariana, devido ao seu fraco crescimento económico, à dependência das políticas e do financiamento das instituições internacionais (BM e FMI) e à existência de instabilidade política (golpes de estados, conflitos étnicos e corrupção).

A duração do impacto da crise estará dependente da atuação dos governos na elaboração de políticas de incentivos ao crescimento do setor financeiro e da escassez de capital e falta de liquidez nas instituições financeiras em África. O agravamento da crise ocorrerá se não forem tomadas medidas com vista ao aumento das exportações e incentivo aos investimentos estrangeiros, bem como políticas de redução de impostos fiscais e aduaneiros.

Os preços das matérias-primas têm sido afetados pela recessão económica mundial. Durante largos anos, o continente africano tem sido o principal fornecedor de recursos naturais ao Ocidente e à Ásia. Com a crise instalada, assistimos à redução das exportações e dos preços das materiais primas, a exemplo, o petróleo, o ouro, os diamantes e o ferro e outras mercadorias, que têm estado em queda nas principais bolsas mundiais, o que é tanto mais grave se tivermos em conta que estes recursos representam a principal fonte de receitas em África⁹. Alguns investimentos produtivos muito além do equilíbrio também têm gerado desperdícios, nomeadamente, projetos ineficientes e problemas nos sistemas financeiros nacionais.

Por outro lado, é necessário que o estado de recessão económica e financeira nos países da zona euro termine, de modo que o crescimento industrial possa ter o rumo esperado, já que o arrefecimento da produção industrial nos países da União Europeia, tem levado ao aumento do desemprego, à diminuição das exportações, à fraca produção no setor agrícola e no setor industrial em África. Por outro lado, a ausência de capitais e de investimento estrangeiro tem provocado o aumento do desemprego, o aumento da pobreza, o agravamento das condições sociais e a quebra da produção.

A atual crise financeira internacional é responsável pela pobreza e agravamento da situação económica que assola algumas regiões de África, a título de exemplo, o Sudão, o Mali e S. Tomé e Príncipe e, por outro lado, é responsável pelo agravamento da situação social e política que assolou o continente, como a designada primavera árabe¹⁰.

⁹ A fraca aposta em políticas de fomento de investimento agrícola tem levado muitos países a dependerem das receitas do petróleo e outros recursos naturais para financiarem projetos de âmbito social. Com a eclosão da crise, restringiram-se as fontes de alocação de receitas em muitos países, e há uma maior dificuldade na liquidação das suas obrigações (por exemplo, em Angola, na Nigéria e na Líbia).

¹⁰ Manifestações que marcaram o mundo árabe entre 2010 e 2012 e que conduziram ao surgimento de revoluções na Tunísia e no Egito, uma guerra civil na Líbia e grandes protestos

Em resumo, os mercados financeiros em África não estão imunes aos efeitos da crise financeira internacional, isto porque os títulos e ações negociados não escapam à influência do risco sistémico, devido à sua interação com as bolsas americanas e europeias e com os mercados financeiros internacionais em geral.

3.3. O IMPACTO DO SISTEMA BANCÁRIO AFRICANO NO CRESCIMENTO ECONÓMICO DOS ESTADOS AFRICANOS

O setor bancário em África ainda é limitado, uma vez que tem uma cobertura limitada e está pouco presente no financiamento de investimentos de maior vulto. A maior parte da população africana não tem acesso aos serviços bancários, particularmente nas zonas rurais e nos países da África subsariana, com exceção da África do Sul. O grau de difusão do setor bancário em África varia de região para região, encontrando-se mais de 60 % das instituições bancárias e financeiras concentradas nas zonas urbanas.

Segundo os estudos do Banco Mundial (BM) - *Doing Business* - as dificuldades na obtenção de crédito têm sido um dos grandes obstáculos para que as pequenas empresas e as pessoas pobres tenham acesso a financiamentos. Muitas são as instituições bancárias que preferem conceder empréstimos a taxas de juros altíssimas, com o intuito de obter maiores rendimentos, com prazos muito limitados e privilegiando, sobretudo o setor comercial¹¹. Para colmatar as dificuldades de acesso aos financiamentos bancários, é necessário que os bancos diminuam os custos das tarifas bancárias, de modo a que um número maior de investidores possa ter acesso a financiamentos.

na Argélia, Bahrein, Djibuti, Iraque, Jordânia e Síria. Verificou-se o fim de longos anos de ditadura na Líbia, no Egito e na Tunísia e mudanças na Constituição de muitos estados da região, tais como a Jordânia e Marrocos.

¹¹ Segundo o relatório do Banco Mundial (2005), na África do Sul, os projetos precisam ter um retorno real de 10% para cobrir os riscos. Já na China, é preciso apenas 2%. Na África Subsaariana, o custo de registo de garantia para obter crédito em média é de 41,8% do rendimento per capita, com largos período de intervalo.

Apesar dos problemas mencionados, o sistema bancário africano está em pleno crescimento, motivado pela entrada de capitais estrangeiros e inovações tecnológicas, como as caixas eletrônicas e os pagamentos com cartão de crédito e de débito, que vão dando passos em direção à banca eletrônica, e têm vindo a melhorar as transações financeiras. Atualmente, o setor bancário africano já oferece financiamentos a curto, médio e longo prazo. Como consequência disso, assiste-se ao surgimento de inúmeras instituições bancárias no continente, destinadas a servir os anseios de todas as classes, inclusive as camadas mais desfavorecidas, oferecendo-lhes serviços como micro-créditos, que têm criado novas oportunidades de negócios e combatido o desemprego.

Aliás, o micro-crédito não serve unicamente para apoiar as famílias mais pobres, pois tem sido visto como um instrumento de capital importância para a maior parte dos governos africanos no combate à pobreza. Por exemplo, em Moçambique, o governo desenvolve esforços com vista ao incentivo do micro-crédito e das micro-finanças. As reformas políticas no setor bancário em África contribuem para a prosperidade económica, permitindo que as pequenas e médias empresas obtenham financiamentos, contribuindo assim para o aumento do número de empresas. Os bancos africanos, em particular os bancos da África Ocidental, têm internacionalizado as suas operações, abrindo inúmeras sucursais no exterior dos países, motivadas pela inovação nos mercados financeiros, com maior preponderância do setor bancário.

Muitos países ainda apresentam dificuldades de acesso ao crédito bancário, sobretudo as pessoas de rendimentos médios e baixos (exemplo Angola, Cabo Verde e Moçambique). A carência de infraestruturas e ausência de políticas de incentivo ao setor bancário, em particular a extensão de créditos bancários, têm dificultado o rápido progresso deste setor em África. O setor bancário africano está exposto a muitos riscos, daí urge a necessidade de uma melhor supervisão das instituições bancárias por parte dos bancos centrais, para evitarem falências resultantes de exposições aos riscos associados às atividades bancárias, tais como risco de crédito, o risco cambial, o risco de taxa de juros, o risco de liquidez, e evitar a influência das crises sistémicas do setor bancário, resultante da internacionalização dos mercados e da

desregulamentação das economias, que têm gerado forte concorrência entre as instituições bancárias e financeiras.

O sistema bancário africano não está alheio à atual crise financeira internacional, cujos impactos variam de país para país, tendo em conta a situação financeira de cada estado. Na sua maior parte, os bancos africanos não se envolveram em produtos derivados complexos e não estão extremamente dependentes do financiamento estrangeiro. Devido à dependência de capitais estrangeiros, assiste-se em países africanos (sobretudo da África Negra), uma queda do rendimento, e uma redução de fluxos de capitais nos seus mercados financeiros. Os efeitos de contágio são elevados em alguns países, cuja participação dos ativos dos bancos estrangeiros chega a 100%, como são os casos de Moçambique, Suazilândia e Madagáscar¹².

Destaca-se em África, o sistema bancário da República do Quênia, considerado como o maior mercado da África Oriental em termos de serviços financeiros. A Bolsa de Valores de Nairobi é a quarta maior em África em termos de capitalização de mercado. O seu sistema bancário tem vindo a melhorar os seus ativos (revista económica "Country Facts", 2012).

Tal deve-se aos empréstimos *write-offs*¹³ e a recapitalização dos bancos estatais, que os tornou resistentes às crises financeiras. A par do Quênia, o sistema bancário sul africano é um dos mais bem desenvolvidos e eficazmente regulado. Muitos bancos e instituições estrangeiras de investimentos criaram operações na África do Sul na última década. Refira-se que, a legislação que controla o setor bancário sul africano é idêntica à do Reino Unido, da Austrália e do Canadá.

¹² As sedes destes bancos estrangeiros estão localizadas principalmente na França, Portugal e Reino Unido, onde as instituições bancárias sofreram perdas enormes nos seus capitais e resultados em virtude da crise financeira.

¹³ Mecanismo utilizado pelas instituições financeiras na gestão das suas carteiras de créditos, para fazer face a créditos em risco e cancelamento de uma conta de uma dívida desnecessária ou ativo de baixa remuneração (Glossário Financeiro do "Intellect Gerenciamento Financeiro", 2013).

Em África, os *spreads* das taxas de juros têm diminuído nos últimos anos, devido à existência de bancos estrangeiros e da redução de custos indiretos. Hoje é visível a expansão dos serviços bancários na quase totalidade dos países africanos, processo esse dificultado pela falta de infraestruturas, pela falta de pessoal qualificado e pelo elevado risco na concessão de créditos.

Em África, a bancarização representa uma das ferramentas que os bancos e governos africanos têm para a implementação das suas políticas monetárias, tarefa esta que não têm sido fácil, devido à carência de infraestruturas financeiras e redes de comunicação, que dificultam a criação de balcões, e outros serviços bancários, sobretudo nas zonas rurais.

Apesar dos esforços empreendidos pelos governos, a bancarização na África, nos últimos anos, ainda é muito reduzida. Mthuli Ncube (2008) relata que a expansão dos serviços bancários no Malawi, deve-se ao programa inovador bancário administrado pelo *Opportunity International Bank of Malawi*, facto que torna o acesso mais fácil aos serviços bancários para as famílias rurais por meio da emissão de cartões inteligentes biométricos. Em países como Moçambique e Angola, o acesso às instituições financeiras é inferior a 15%¹⁴.

A taxa de bancarização em Angola disparou de 13,2% em 2010, para 22% em 2011(KPMG, 2012). O número de angolanos com conta bancária no país atingiu no princípio de 2012 cerca de 3,6 milhões, contra os 1,5 milhões registados em 2010, o que representam 21,5% da população. Daqueles, 2,5 milhões (70% da população bancarizada) utilizam cartões multicaixa (cartões de débito).

¹⁴ Importantes parcerias foram feitas com bancos europeus. A título de exemplo o BES (Banco Espírito Santo), o segundo maior banco português, com ativos totais de US\$ 108 mil milhões e uma rede de 734 agências. O BES está na África há 100 anos e, além das associações com bancos africanos, tem agências próprias em Angola (34), em Cabo verde (1), na Líbia (24) e na Argélia (1)

3.4. O IMPACTO DOS CONFLITOS ARMADOS SOBRE O SISTEMA FINANCEIRO EM ÁFRICA

Os conflitos em África têm grandes reflexos sobre o sistema financeiro dos países afetados. Os conflitos em África e o aumento das despesas militares provocaram a destruição das infraestruturas, dívidas, inflação, desemprego má gestão dos erários públicos, inúmeras perdas de vidas humanas, instabilidade política, pandemias, movimentos de refugiados, redução dos investimentos internos e estrangeiros, bem como a perda de serviços públicos e privatização dos recursos naturais pelas potências financiadoras dos conflitos (Schneider, 2008).

Segundo Simão (2007) entre 1990 e 2005, cerca de 23 países africanos estiveram envolvidos, em conflito que, em média, custaram às economias africanas 300 mil milhões de dólares por ano. Só nos anos 80, havia em África treze conflitos regionais (por exemplo, Angola, Etiópia, Libéria, Sudão e Chade). Segundo a Oxfam, desde o fim da guerra fria, os conflitos armados custaram mais de 150 mil milhões de USD, reduzindo as economias em 15%.

A diminuição dos conflitos em África provocou entre 1984 e 1987, uma redução do peso das despesas militares no PNB (Produto Nacional Bruto) de 5,2% para cerca de 4,3%. Nos anos 90 do século passado, inúmeros países africanos foram palco de conflitos armados, que provocaram a destruição de infraestruturas socioeconómicas e perdas de vidas humanas. As consequências fizeram sentir-se também a nível regional, como na África central (guerra civil na RDC, Burundi, Congo Brazzaville, Ruanda, etc.) ou ainda na África Ocidental (guerra civil na Libéria, Serra Leoa, Costa do Marfim). O crescimento no Norte de África abrandou quase até à estagnação em 2011, devido aos acontecimentos políticos. A rutura económica nesta região reduziu o crescimento africano em mais de 1%, em 2011, o que corresponde um terço no PIB do continente africano.

Como consequência das instabilidades políticas e revoltas que ocorreram em 2011, as economias africanas tiveram uma perda de 3,4% em 2011. As revoluções no mundo árabe, em particular no norte de África, provocaram uma queda de 3,6% no crescimento do PIB do Norte de África, em 2011. Segundo o FMI, o Egito, com a primavera árabe, teve uma queda de

3,3%, um crescimento abaixo de 2% em 2011, e na Tunísia a queda foi de 4,2%, para um crescimento negativo de aproximadamente 1%. Na Líbia, a guerra civil paralisou a produção de petróleo e o PIB registou uma redução de mais de 40%.

A guerra civil na República Democrática do Congo custou cerca de 4,5 mil milhões de USD, o que corresponde a 29% do seu PIB. Na Costa do Marfim, o conflito pós-eleitoral provocou um declínio na ordem de 6% no PIB. Como consequência da guerra, em 1995 o conflito no Sudão provocou gastos na ordem de 20% do seu PIB e a inflação foi de 85%. O custo de uma presumível guerra civil custaria para o Sudão e para os territórios vizinhos cerca de 100 mil milhões de USD, enquanto que o Quênia e na Etiópia perderiam mais de mil milhões de USD por ano e a comunidade internacional perderia 30 mil milhões de dólares em ajuda humanitária e operações de manutenção de paz.

Segundo Adebajo (2007), as guerras promovidas pelo regime do *apartheid* instituído na África do Sul em países como Moçambique, Angola, Lesoto, Botsuana, Zâmbia e Zimbabué, causaram danos avaliados em mais de 60 mil milhões de USD, só no período de 1980 a 1998. Devido à guerra, a Etiópia viu adiados mais de 217 projetos de investimentos de empresas estrangeiras e 13 700 de empresas nacionais.

Prevê-se que a África Ocidental mantenha um crescimento rápido, com taxas de 6,7% e 6,4%, em 2012 e 2013, depois de 6,2% em 2011. Estima-se que, em 2012, o crescimento abrande para cerca de 5% (de 6% em 2011), principalmente devido ao crescimento mais moderado na Etiópia e à desaceleração do crescimento no Sudão. Na África Central, estima-se um crescimento do PIB na ordem dos 5%, enquanto que na África Austral prevê-se um crescimento de 4% em 2012 e 4,5% em 2013 (contra os 3,5% de 2010 e 2011).

3.5. LIBERALIZAÇÃO FINANCEIRA EM ÁFRICA

Desde a independência dos países africanos do regime colonial na década de 1960, o crescimento da África não tem sido animador. Durante largos anos os bancos em África estavam sob tutela dos estados, que detinham o domínio das taxas de juro, da concessão de créditos bancários e influenciavam de certa forma o volume das transações financeiras, impondo limitações na entrada e saída de capitais estrangeiros.

Contudo, as grandes reformas no sistema financeiro africano foram empreendidas a partir dos anos 80 com apoio do BM e do FMI. Os estados passaram a conceder maior liberdade aos bancos centrais na gestão das políticas monetárias, que consistia na reestruturação e privatização do setor bancário, na liberalização das taxas de juro e das taxas de câmbio, de modo a evitar a concessão direta de crédito por parte do Estado. Um dos efeitos da liberalização em África tem sido o desenvolvimento do setor industrial e agrícola, motivado pela taxa de juro e políticas comerciais e financeiras atrativas, que tem garantido a existência de preços que beneficiam a população em geral.

Segundo Addo (2003), a liberalização financeira e a expansão do comércio internacional têm ajudado à transferência de fundos através dos países europeus, asiáticos e americanos, permitindo a internacionalização do setor financeiro africano, o aumento das oportunidades de investimento em África, a melhor qualidade dos serviços financeiros e o crescimento económico de muitos países africanos.

A liberalização financeira na África Austral, tal como na África Subsariana teve o seu início na década dos anos 90 do século passado, produzindo poucos resultados sobre as economias. As políticas de liberalização financeira não foram capazes de captar fundos, aumentar os investimentos e o bom funcionamento dos mercados financeiros¹⁵. Por

¹⁵ De acordo com Sundaram (2011), muitos países da África Subsariana não foram capazes de diversificar as suas exportações, o que provocou a queda do comércio de bens genéricos, baixa qualificação das manufaturas, com impacto do desenvolvimento da indústria.

exemplo, os mercados primários destinavam-se apenas à negociação de títulos da dívida públicos.

A maioria dos estados restringiam as suas contas de capital, de modo a controlar a entrada e saída de capitais, mantendo o domínio sobre as diversificações de investimentos, o que desincentivou a mobilização de capitais privados indispensáveis ao financiamento dos investimentos. Muitos países africanos alcançaram sucesso com liberalização da conta corrente capital e fomento dos mercados interbancários em moeda estrangeira, o que permitiu um aumento das transações, e dos investimentos interno e externo (exemplo a África do Sul, a Argélia e a Nigéria).

As razões que impedem o sucesso da liberalização financeira em África são:

- Ausência de capacidade financeira e instabilidade macroeconómica relacionada com a crise financeira.
- Ameaça de sobrevivência das instituições financeiras locais.
- Domínio dos mercados financeiros por empresas estrangeiras, que muitas vezes dominam os serviços mais lucrativos.
- Ausência de normas capazes de impedir a fuga de capitais.
- Falta de financiamento ao crescimento económico e empresarial nos estados africanos.
- Dificuldade dos bancos centrais em supervisionarem as atividades dos bancos comerciais em África.

A liberalização financeira em África tem sido marcada por instabilidade macroeconómica, visível nas altas taxas de juro e a liberalização das taxas de câmbio e inflação elevada. De acordo com o GATT, a liberalização financeira exige que um determinado estado tenha estabilidade macroeconómica, a fim de produzir benefícios.

Segundo McKinley (2008), o sucesso das reformas financeiras, no âmbito da liberalização financeira, depende amplamente da mobilização de recursos financeiros internos, canalizando-os para investimentos produtivos privados e públicos. As reformas aprovadas nos mercados internos devem ser acompanhadas de medidas, que confirmam maior abertura aos investimentos privados. Tais medidas de reforma têm por objetivo captar poupanças e

impulsionar os investimentos, através do rendimento dos ativos e sobre a disponibilidade de capital para alocação de créditos.

A maioria dos bancos em toda a África Oriental ainda tem diferentes regimes tributários, o que dificulta a integração financeira. Além disso, na África Central, as atividades das instituições bancárias apresentam inúmeros riscos, já que uma grande parte dos bancos, por exemplo no Quênia, perde excessivas quantidades de receitas anuais, devido às atividades ilícitas, resultantes de roubos informáticos.

4. O SISTEMA FINANCEIRO ANGOLANO

4.1. BREVE HISTÓRIA SOBRE O SISTEMA FINANCEIRO ANGOLANO

4.1.1. O SISTEMA FINANCEIRO ANGOLANO NO PERÍODO COLONIAL

Angola é um dos 54 estados que integram o continente africano. Figura entre os países com maior extensão territorial com 1.246.700 Km². O território da República de Angola fica situado na costa ocidental da África Austral, a Sul do Equador, entre os paralelos 4° 22' e 18° 02', sendo limitado a Norte, pela República do Congo Brazaville e República Democrática do Congo, a Leste pela Zâmbia, a Sul pela Namíbia e a Oeste pelo Oceano Atlântico. A capital é Luanda e dispõe de 18 províncias e 140 municípios.

A história da colonização de Angola começa com a chegada de Diogo Cão ao reino do Congo em 1482. Durante cerca de 500 anos foi vítima do comércio de escravos, que levou à destruição dos reinos de Angola (exemplo, os reinos do Congo, Ndongo e Matamba). A colonização efetiva de Angola por Portugal ocorreu em pleno séc. XIX e terminou com a ascensão independente em 11 de novembro de 1975.

A história recente de Angola foi marcada por um longo conflito armado que durou cerca de três décadas de guerra, provocando milhares de mortos e a destruição do tecido económico, social e cultural de Angola, em particular o sistema financeiro angolano. A guerra teve o seu fim com assinatura em Luanda dos acordos de Paz a 4 de abril de 2002.

A história do sistema financeiro angolano está ligada ao surgimento da primeira instituição bancária em Luanda em 1865, uma filial do Banco Nacional Ultramarino Português. A 14 de agosto de 1926 foi criado o Banco de Angola, com sede na cidade de Lisboa. O banco era uma filial do Banco Nacional Ultramarino. A criação da Junta da Moeda, foi a responsável pelo aparecimento do Banco de Angola, cuja responsabilidade assentava na emissão independente de Moeda e no comércio bancário (Almeida, 2011).

Segundo o BNA (2012), o Banco de Angola deteve o monopólio do setor bancário em Angola até 1957, ano em que apareceu o Banco Comercial de Angola, de direito Angolano. A partir de então, o Banco de Angola passou a

conviver com mais cinco instituições bancárias, sendo eles, o Banco Comercial de Angola, o Banco de Crédito Comercial e Industrial, o Banco Totta Standart de Angola, o Banco Pinto & Sotto Mayor e o Banco Inter Unido, e mais quatro instituições de crédito, nomeadamente, o Instituto de Crédito de Angola, o Banco de Fomento Nacional, a Caixa de Crédito Agropecuária e o Montepio de Angola.

O sistema financeiro Angolano no período colonial estava dependente dos interesses económicos de Portugal e das oscilações nos mercados internacionais, o que foi sentido sobretudo com o eclodir da primeira guerra mundial, facto que motivou a abertura da economia da colónia de Angola aos mercados internacionais. A monetarização da economia da colónia de Angola deveu-se ao surgimento da Junta de Angola, cujo objetivo consistia na gestão das reservas monetárias para facilitar a transferência entre Angola e Portugal (Valério, 1994).

Durante este período, Angola caracterizou-se pela exploração acentuada da mão-de-obra e pela substituição do trabalho forçado pelo assalariado. As políticas económicas da metrópole estavam vinculadas a nacionalizar a exploração dos territórios ultramarinos, dominando todos os investimentos estrangeiros e impedindo quaisquer concessões ou tentativas de cedência de poderes contrários aos interesses da metrópole. Deste modo, incentivavam a instalação do regime colonial a tirar o maior proveito do comércio ultramarino, a criação de fundos cambiais e o impedimento da presença de indústrias nas colónias.

A segunda guerra mundial possibilitou a extensão da atividade económica em Angola, com o aumento do investimento privado, e permitiu ao estado português disponibilizar quantidades elevadíssimas de capitais para o desenvolvimento da colónia. Foi neste período que foi instalada alguma indústria em Angola. Mais tarde, com as guerras coloniais levadas a cabo pelos movimentos de libertação, houve uma maior abertura aos capitais estrangeiros, situação que levou a um crescimento económico da Angola.

Com a independência da República de Angola, registou-se uma fuga e evasão de capitais monetários para o estrangeiro. Na tentativa de pôr fim à fuga de capitais, a 14 de agosto de 1975, o governo angolano anunciou um programa, conhecido como a Tomada da Banca, tendo colocado a banca privada sob controlo direto do Estado Angolano, terminando assim o sistema financeiro colonial (BNA, 2012). Em 1976, através da Lei N° 69/76, foi criado o Banco Nacional de Angola e aprovada a sua Lei Orgânica.

Data também do período colonial, mais concretamente de 1922, a primeira seguradora de Angola, com a instalação de uma sucursal da companhia de seguros portuguesa, a Companhia de Seguros Ultramarina. Em 1948, foram criados os Serviços de Fiscalização Técnica da Indústria de Seguros em Angola, tendo mais tarde evoluído para a então Inspeção de Crédito e Seguros. Durante o período colonial existiam em Angola um conjunto de 26 empresas no ramo, sendo 50 por cento dos capitais das vintes seguradoras maioritariamente portuguesas. A carteira global de investimento rondava em torno de um milhão de contos portugueses e destinava-se a garantir a proteção da economia colonialista (ENSA, 2012). No período colonial não existiam Fundos de Pensões em Angola. De acordo o Instituto de Supervisão de Seguros (2004), apenas havia um tipo de previdência idêntico às atuais associações mutualistas.

4.1.2. A ECONOMIA CENTRALIZADA E A LIBERALIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO ANGOLANO

Após a independência e a criação da República Popular de Angola, o sistema económico e financeiro foi caracterizado pela economia centralizada¹⁶, cujo sistema institucional baseava-se na coletivização da economia e na extinção da propriedade privada. As decisões administrativas eram caracterizadas por uma forte centralização nos diversos setores da economia, como do setor público em geral e em particular nas empresas públicas e

¹⁶ A economia centralizada, também conhecida como economia planificada, é um sistema económico em que a produção económica do país é planificada por um organismo central do Estado, com objetivo de materializar as políticas gizadas por este organismo do estado, ignorando a propriedade privada dos meios de produção (Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola, 2009).

privadas, que dependiam fortemente da participação do estado na planificação, gestão e controlo dos preços. Por exemplo, através de medidas políticas, como a sobrevalorização da taxa de câmbio e o seu congelamento por cerca de 15 anos, gerou-se uma diminuição drástica das exportações do setor não – petrolífero e a contenção das moedas (a exemplo, o Dólar Americano).

O aumento da inflação, provocado pela dependência das importações e pelo desequilíbrio entre a oferta e a procura, levou à decadência dos mercados formais e ao rápido crescimento dos mercados paralelos, desestimulando a cultura bancária. Com a crise do petróleo nos anos 80, e a intensificação do conflito armado, a prioridade da política governamental deixou de ser o desenvolvimento económico, passando a ser a defesa nacional.

Em 1987, com vista à recuperação económica, foi criado o Programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF)¹⁷, que marcou a transição da economia planificada para a economia de mercado. O programa de reformas baseou-se na privatização total ou parcial, ou na reestruturação de empresas nos setores da pesca, agricultura, indústria, comércio, transportes, geologia e minas, petróleos, construção civil e bancos.

A partir de 1991, com assinatura dos acordos de paz de Bicesse, Angola adotou o multipartidarismo. Ocorreram mudanças, como a transição da República Popular de Angola, a República de Angola, do monopartidarismo para o multipartidarismo, criando transformações no quadro jurídico do país, surgindo leis, como a Lei das Associações, a Lei dos Partidos Políticos Independentes, a Lei do Direito à Greve, a Lei de Liberdade de Imprensa, entre outras. Em 1995, ao abrigo das reformas no sistema económico, o Ministério das Finanças converteu-se em Ministério da Economia e Finanças, acumulando funções que antes estavam sob a tutela do Ministério do Planeamento (Ministério das Finanças, 2012).

¹⁷ O Programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF), foi um vasto programa de reformas económicas que visava à estabilização económica de Angola num período de três anos, com os objetivos de melhoria da balança de pagamentos, de maior controlo orçamental, de redução do défice e de uma maior independência das empresas estatais (Ministério das Finanças, 2012).

Como resultado das mudanças económicas, políticas e sociais em Angola e o impacto das transformações no sistema financeiro internacional, a partir de 1991 foram dados os primeiros passos em direção à liberalização financeira em Angola, com a liberalização do setor bancário. Como consequência, o BPA (o Banco Popular de Angola) deu origem ao Banco de Poupança e Crédito (BPC), e na mesma altura surgiu o Banco de Comércio e Indústria (BCI), de capitais públicos.

A partir de 1993, surgiram as primeiras filiais de bancos estrangeiros em Angola. A título de exemplo, o Banco de Fomento e Exterior (BFE) e o Banco Totta & Açores. As grandes mudanças na economia Angola surgiram a partir de 2002, com o alcançar da paz. O sistema financeiro, em particular, e o sistema bancário, em geral, sofreram um forte impulso (Angonoticias, 2008).

De acordo com a Lei 15/94, os investimentos estrangeiros passaram a ser feitos mediante a aplicação de capitais em contas bancárias, em moeda estrangeira, destinados aos não residentes, importadores e fundos que podem ser transferidos para o exterior do país nos termos da lei cambial. Com a nova Lei 11/2003, os investimentos estrangeiros passaram a ser feitos mediante a transferência de fundos provenientes do exterior; aplicação de disponibilidades, em moeda externa, nas contas bancárias pertencentes a não residentes; importação de equipamentos, acessórios e materiais; e incorporação de tecnologia.

4.2.O ESTADO ATUAL DO SISTEMA FINANCEIRO ANGOLANO

O sistema financeiro de Angola é administrado nos termos da Lei das Instituições Financeiras, Lei 13/05, de 30 de setembro de 2005 (anexo nº 1), que contém disposições relativas ao estabelecimento, exercício de atividade e supervisão de instituições financeiras. O sistema financeiro angolano é constituído por várias instituições, reguladas pelo Ministério das Finanças. O mesmo sistema tem em vista, a formação, a captação e a segurança das poupanças, bem como a mobilização e canalização desses recursos financeiros para o crescimento económico e social do estado angolano (Lei constitucional, artigo 99º).

A organização e controlo das instituições financeiras em Angola é regulada e controlada pelo Banco Nacional de Angola (BNA), sendo a priori a única autoridade monetária do país. Cabe ao Banco Nacional garantir a estabilidade da moeda nacional e definir as políticas monetárias e cambiais (lei constitucional – artigo 100º, anexo nº 2). A regulamentação e controlo do sistema financeiro angolano em geral e dos mercados financeiros em particular, tem por finalidade combater a concorrência desleal e praticas ilícitas que ponham em perigo a estabilidade do sistema financeiro nacional, manter o equilíbrio no comércio interno e externo, de forma a evitar a dependência de capitais estrangeiros, e dotar a economia do país de maior liquidez, permitindo uma maior estabilidade da moeda e taxa de câmbio.

A razão da regulamentação deve-se ao facto do estado angolano não se desenvolver isoladamente do contexto internacional, daí a necessidade de regulamentação, de modo a minimizar o impacto do comércio externo e das crises económicas e financeiras sobre a economia angolana, por meio de um controlo eficaz, que possibilite o combate à evasão fiscal, o desvio de fundos e a lavagem de capitais (Rosário, 2008).

A regulamentação do sistema financeiro angolano não é uma tarefa exclusiva das instituições financeiras do estado (Banco Nacional de Angola e Ministério das Finanças), mas do funcionamento combinado de todas as instituições que incorporam o sistema financeiro angolano.

O sistema financeiro angolano comporta os seguintes instituições financeiras

- Ministério das Finanças
- Banco Central - Banco Nacional de Angola (BNA)
- Instituições monetárias (instituições bancárias)
- Instituições não monetárias (instituições não bancárias)

4.2.1. MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

O Ministério das Finanças (MINFIN) é o organismo do Governo de Angola que tem por missão definir e conduzir a política financeira do Estado e as políticas para a Administração Pública. O Ministério das Finanças é o órgão da administração central do estado, responsável pela elaboração, execução, supervisão e controlo do orçamento geral do estado, pela administração do património do estado, pela gestão da tesouraria e pela garantia financeira interna e externa do país (Lei orgânica do Ministério das Finanças, capítulo 1, artigo, anexo nº3).

O surgimento do Ministério das Finanças em Angola deu-se em 3 de outubro de 1901, no período em que Angola ainda era uma província ultramarina, recebendo o nome de Serviços de Fazenda e Contabilidade. A sua criação deveu-se a uma Portaria do Ministério das Finanças e do Ultramar português, publicada no Boletim Oficial da metrópole e ocorreram ao mesmo tempo noutras colónias portuguesas, nomeadamente Moçambique, Cabo-Verde, Guiné Bissau, Macau e S.Tomé e Príncipe (portal do Ministério das Finanças, 2012). Todas as decisões tomadas pelos Serviços de Fazenda e Contabilidade de Angola deviam ter aprovação do Ministério das Colónias através da Direção Geral de Fazenda das Colónias que, posteriormente passou à categoria de Ministério das Finanças e do Ultramar.

Com a conquista da independência a 11 de novembro de 1975 e a criação da República Popular de Angola, os Serviços de Fazenda e Contabilidade deixaram de subordinar-se a Portugal, mantendo o nome até março de 1976. Com a realização da primeira troca de moeda em Angola, do escudo pelo Kwanza, a Direção dos Serviços de Fazenda e Contabilidade foi transformada em Ministério das Finanças. Entretanto, o Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças foi aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/98, data de 30 de janeiro de 1998. Atualmente conta com delegações em 18 províncias do território nacional (Ministério das Finanças, 2012).

4.2.2. INSTITUIÇÕES MONETÁRIAS (INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS DE ANGOLA)

Estrutura do Sistema Bancário

O sistema bancário em Angola consiste em:

- O Banco Central de Angola (BNA)
- Instituições bancárias comerciais e de investimento
- Bancos de crédito

O sistema financeiro angolano é constituído por diversas instituições bancárias de capital estrangeiro e nacionais de direito angolano, sob supervisão do Banco Nacional de Angola. O surgimento do BNA data de 1976, através da lei 69 /79, publicada no Diário da República, nº 266 -1ª série de 10 de novembro de 1976, com funções de banco Emissor, Caixa de Tesouro, e de Comercio bancário, subordinado ao Ministério das finanças.

No mesmo ano, tendo em conta a Lei 70/76, o governo Angolano confiscou o Banco Comercial de Angola, com a ocupação das infraestruturas a cabo dos Ministérios do Planeamento, das Finanças e da Economia e da Comissão Coordenadora da Atividade Bancária - CCAB, passando os bancos comerciais a serem geridos por Comissões de Gestão. O Banco Comercial de Angola, passou-se a chamar-se Banco Popular de Angola, destinado a angariar recursos em forma de poupança. A CCAB dirigiu os destinos da Banca até que foram confiscados os ativos e passivos do Banco de Angola (BA) e criado o Banco Nacional de Angola, através da Lei nº.69/76, de 5 de novembro. Posteriormente, a Lei nº. 70/76, de 10 de novembro, cria o Banco Popular de Angola (BPA) e a Lei nº 4/78 de 25 de fevereiro pós fim à atividade dos bancos privados em Angola. A partir de 1978 começou a expansão de diversos balcões do Banco Nacional de Angola (BNA) em todo o país. Em 1978, o BNA ganha autonomia face a outros órgãos de Estado e passa a monopolizar toda a atividade bancária do país (Boletim OPLO, 2011).

Em 1987, foram empreendidas reformas no sistema financeiro angolano, que culminaram com a imposição de uma reforma no setor bancário, com a entrada em vigor da lei das instituições financeiras que, a partir de 1991, dividiu o setor bancário em banco central e bancos comerciais.

- Banco central: Da responsabilidade do Banco Nacional de Angola (BNA), que passa a ser a autoridade monetária e cambial do estado angolano
- Bancos comerciais: Atividade exercida pelos bancos de comércio e indústria, bancos de poupança e de crédito e demais bancos.

Em junho de 1997, foi aprovada pela Assembleia Nacional a nova lei orgânica do Banco Nacional de Angola (BNA), Lei 67/97, de 11 de junho de 1997 e a lei cambial 5/57, que estabelecia o Banco Nacional de Angola como autoridade monetária e cambial de Angola.

Durante o ano de 1999, o Banco Nacional de Angola permitiu a flutuação da taxa de câmbio do Kwanza, criou o Mercado Cambial Interbancário, aboliu as restrições à aquisição de moeda estrangeira para importações, liberalizou as taxas de juro ativas e passivas para os bancos comerciais e introduziu os denominados Títulos do Banco Central como um primeiro passo para a criação de instrumentos de controlo indireto da política monetária. Ainda em 1999, o Banco Nacional de Angola autorizou os bancos comerciais a concederem empréstimos em moeda estrangeira aos exportadores. Em abril de 1999, a Assembleia Nacional aprovou a lei das Instituições Financeiras (lei nº 1/99, de 23 de abril), instrumento de base para o setor financeiro. No ano de 2005 foi aprovada a lei do sistema de pagamento de Angola, que regula a gestão, funcionamento e controlo do sistema de pagamento para cumprimento de objetivos públicos (anexo nº 5). Esta lei regula o processo de estabelecimento, o exercício de atividade, a supervisão e o saneamento das instituições de crédito e das sociedades financeiras. A lei de 16/10 descreve o papel e as atribuições do BNA (anexo nº 4).

Atualmente, o BNA, tem como prioridade velar pela estabilidade da moeda nacional e da economia, funcionando como a única autoridade monetária do estado, mantendo o controlo das políticas monetárias, financeiras e cambiais, o controlo da dívida externa, como financiador e intermediário nas relações monetárias internacionais do estado. O BNA tem vindo a tomar medidas para combater a inflação, sobretudo no controle de ações especulativas, com vista à preservação do valor da moeda nacional e à unificação dos circuitos monetários da banca comercial ou do sistema de pagamentos nacional (Jornal de Angola, 2010).

Em maio de 2011, o Banco Nacional de Angola (BNA) transferiu a responsabilidade da emissão de moeda para o Banco de Poupança e Crédito (BPC), principal banco público de Angola. Em 2012, o BNA criou o Comité de Estabilidade Financeira (COMEF), órgão presidido pelo Governador do BNA, e que integra os demais membros do conselho de administração e membros do corpo diretivo do BNA. Este órgão atuará com um órgão de consulta do seu conselho de administração no domínio da estabilidade financeira, cabendo-lhe ainda a elaboração de meios capazes de solucionar crises financeiras e controlar a execução macroeconómica e o comportamento das principais variáveis que possam afetar a estabilidade financeira, incluindo a situação do sistema financeiro mundial na perspetiva do risco sistémico e probabilidade de contágio a nível doméstico (O País, 2012).

Segundo o BNA (2012), o sistema financeiro nacional, em particular o sistema bancário, tem vindo a evoluir, com o crescimento do número de instituições e a modernização de produtos e serviços. São visíveis a nível do setor bancário, esforços, tendo em vista a melhoria dos serviços prestados pelo setor, que vão desde a expansão dos serviços bancários a todo o país, à criação de micro-créditos para apoiar as pequenas e médias empresas, a criação de novos postos de trabalho e a aplicação de sistemas de tecnologia no sistema bancário. Realça-se ainda o funcionamento da EMIS (Empresa Interbancária de Serviços), em 2002, que veio permitir a realização de transações eletrónicas, com o cartão Multicaixa, por meio dos Caixas Automáticos (ATM) e os Terminais de Pagamento Automático (POS). Para

facilitar as transações interbancárias em Kwanzas, o BNA criou em 2005, o Sistema de Pagamentos em Tempo Real (SPTR).

Em 2003, foi aberto o mercado de títulos da dívida pública (Títulos do Banco Central, Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro), com a emissão dos primeiros títulos. As primeiras emissões de título de obrigação de Obrigações do Tesouro foram feitas sob tutela e supervisão do BNA, através do Sistema Integrado de Gestão de Mercado de Ativos (SIGMA), único sistema de registo centralizado de garantias em Angola. Em 2007 e 2010 é implementado o novo plano de contas (CONTIF), da central de risco de crédito (CIRC) e ao mesmo tempo, a Lei de Combate ao Branqueamento de Capitais (anexo nº 6).

O BNA está a implementar normas a nível do setor bancário, de modo que o sistema bancário angolano esteja em conformidade com os mercados internacionais e com os regulamentos dos acordos de Basileia II (capital mínimo exigido e gestão de risco de crédito), para o funcionamento estável das instituições financeiras. Em 2011, os esforços estavam ligados à estabilidade monetária e cambial do país, de forma a minimizar os impactos cambiais sobre a moeda nacional, dando maior liquidez ao mercado local. Surgiram também novas taxas de juro de referência no mercado (taxa básica BNA e taxa LUIBOR)¹⁸, criadas pelo Comité de Política Monetária.

O setor bancário angolano enfrenta inúmeras limitações, pois os financiamentos concedidos pelos bancos em Angola ainda não são extensivos a todos os estratos sociais (empresas e população em geral). As taxas de juro reais encontram-se a nível negativo, os juros ativos concedidos através dos empréstimos são elevados. Como se não bastasse, as instituições bancárias enfrentam dificuldades ao tentarem fazer uma análise profunda sobre os riscos de crédito dos mutuários.

¹⁸ A Taxa BNA é uma taxa de juro que tem como objetivo sinalizar a orientação da política monetária para o mercado e serve de referência para a formação da taxa de juro do mercado interbancário. LUIBOR (Luanda Interbank Offered Rate) é uma taxa média resultante das taxas de juro cobradas entre os bancos comerciais no mercado monetário interbancário (BNA, 2013).

De entre as principais dificuldades no acesso aos serviços bancários, registamos o desconhecimento sobre a utilidade e funcionamento do sistema bancário, a falta de documentos de identificação pessoal por parte da população, baixos ou efémeros rendimentos para a abertura e manutenção de contas e presença limitada da rede bancária pelo interior do país.

Os números de instituições bancárias são cada vez maiores, englobando bancos estrangeiros e nacionais. O capital mínimo para a constituição dos bancos ascende a 4 milhões de dólares norte-americanos.

As instituições bancárias presentes em Angola são:

1. Banco Angolano de Investimentos, S.A.
2. Banco Angolano de Negócios e Comércio, S.A. BANC
3. Banco BAI Microfinanças, SA. BMF
4. Banco BIC, S.A. BIC
5. Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A. BCGTA
6. Banco Comercial Angolano, S.A. BCA
7. Banco Comercial do Huambo, S.A. BCH
8. Banco de Comércio e Indústria, S.A. BCI
9. Banco de Desenvolvimento de Angola, S.A. BDA
10. Banco de Fomento Angola, S.A. BFA
11. Banco de Negócios Internacional, S.A. BNI
12. Banco de Poupança e Crédito, S.A. BPC
13. Banco Espírito Santo Angola, S.A. BESA
14. Banco Kwanza Investimento, S.A. BKI
15. Banco Millennium Angola, S.A. BMA
16. Banco para Promoção e Desenvolvimento, S.A.* BPD
17. Banco Regional do Keve, S.A. BRK
18. Banco Privado Atlântico, S.A. BPA
19. Banco Sol, S.A. BSOL
20. Banco Valor, S.A. BVB
21. Banco VTB - África, S.A. VTB
22. Finibanco Angola, S.A. FNB
23. Standard Bank de Angola, S.A. SBA

Instituições financeiras estrangeiras com representações em Angola

1. BANCO DO BRASIL- BRASIL
2. BANK OF CHINA – CHINA
3. COMMERZBANK – ALEMANHA
4. ECOBANK – GHANA
5. HSBC - CHINA (HONG KONG)
6. FIRSTRAND BANK- ÁFRICA DO SUL
7. NEDBANK - ÁFRICA DO SUL
8. STANDARD CHARTERED BANK - REINO UNIDO
9. STATE BANK OF INDIA – ÍNDIA

Sociedades de micro-crédito angolanas

KIXICRÉDITO (Angola) S.A

FÁCILCRED - Sociedade de Microcrédito, S.A

Sociedades prestadoras de serviços de pagamentos

REALTRANSFER - Agência de Pagamentos de Angola, Lda

Foram tomadas medidas a nível da banca, para tornar o crédito bancário mais acessível e com controlo de risco de crédito. O controlo passou a ser feito pela Central de Informação e Risco de Crédito (CIRC) do Banco Nacional de Angola (BNA), criado em 2011. Este órgão recebe todas as informações oriundas de instituições financeiras relativas a operações de crédito estabelecidas com os clientes, para um melhor controlo do mercado de crédito, a fim de identificar os clientes com maiores riscos de incumprimento e reduzir a exposição ao risco de crédito do sistema financeiro e facilitar o acesso ao crédito aos clientes, que apresentem um nível de risco reduzido.

4.2.2.1. A BANCARIZAÇÃO EM ANGOLA

O BNA empreendeu um vasto programa de campanha sobre educação financeira, em todo o território nacional, tendo como meta elevar o número de pessoas com conta bancária, com o objetivo de criar mais empregos e crescimento económico, enquadrado no programa de combate à pobreza. O Banco Nacional de Angola propôs aos bancos comerciais uma redução significativa do custo de abertura de conta para incentivar a população a aderir ao sistema financeiro (BNA, 2013).

Segundo o BNA, em 2003 a bancarização atingia apenas 1% da população. Em 2010, apenas 11% da população angolana (cerca de 1.980.000 de habitantes), num universo de 18 milhões de habitantes, utilizava o sistema bancário para as suas operações. Dados mais recentes apontam um crescimento na ordem dos 20% (BNA, 2012), facto que foi impulsionado pela expansão do setor bancário, concorrência no setor bancário, aumento dos serviços bancário (no que concerne ao crédito), baixa inflação e estabilidade cambial. De acordo com o BNA (2012), o objetivo é atingir até ao final de 2012 um valor de 20%. A campanha de educação financeira do BNA pretende que as poupanças sejam depositadas nos bancos, como forma de apoio ao financiamento de projetos que criem empregos e ajudem a melhorar o nível de vida das famílias. A divulgação do programa de educação financeira é feita por meio da imprensa escrita, radiofónica e televisiva, peças teatrais e distribuição de folhetos publicitários.

O programa de educação financeira¹⁹ tem por finalidade melhorar o funcionamento do setor bancário, permitindo que todos os cidadãos e intervenientes do sistema financeiro nacional avaliem o risco e retorno associado aos projetos de investimento e poupança. A bancarização dos salários do setor público e privado impulsionou uma maior adesão dos serviços bancários e a sua rápida expansão.

¹⁹ Por exemplo, o Depósito Bankita é uma conta de depósito à ordem constituída mediante celebração do respetivo acordo, destinada a servir a população de menor rendimento, com um valor mínimo de abertura da conta de Kz 100,00 (BNA, 2012).

O conhecimento de todas as componentes de custo e risco associados aos produtos e serviços oferecidos pelas instituições financeiras bancárias, deve ser uma preocupação de todos os consumidores de serviços e produtos bancários e das instituições financeiras. Por isso é necessário que as instituições financeiras forneçam aos clientes todas as informações necessárias sob o seu funcionamento e serviços disponíveis.

Para Deloitte (2011), o setor bancário angolano tem crescido nos últimos anos, se tivermos em conta que a taxa de crescimento do valor total dos depósitos de clientes em 2009 registou um aumento significativo de 14% para 16% face ao ano anterior. A causa deste rápido crescimento do setor tem sido a política desenvolvida pelo banco central angolano na divulgação de informações sobre o papel das instituições financeiras, em particular as instituições bancárias, no crescimento económico do país e, por outro lado, tem contribuído para a integração voluntária das populações no sistema financeiro.

Análise da evolução do setor do bancário

Tabela 1- Indicadores macroeconómicos de Angola

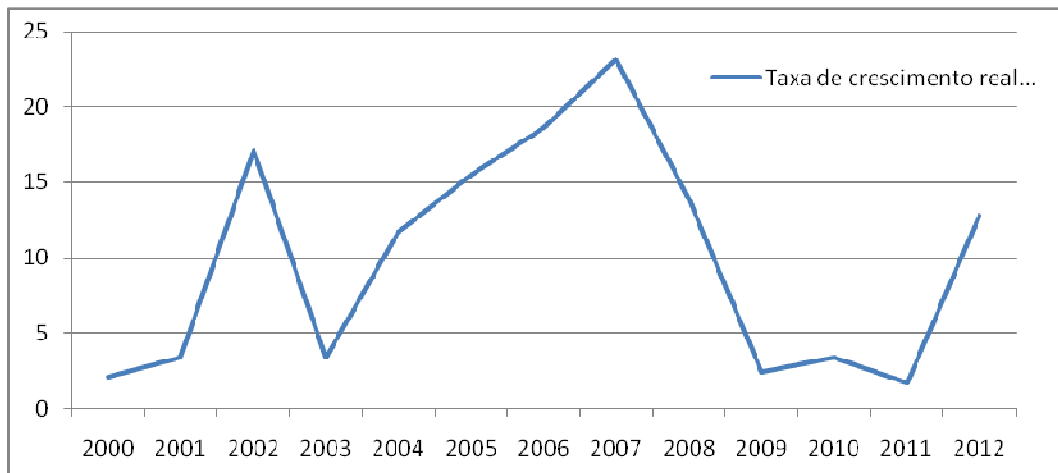
Rubrica	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Taxa de crescimento real do PIB	2,1	3,4	17,1	3,4	11,7	15,5	18,6	23,2	13,8	2,4	3,4	1,7	12,8
Taxa de inflação	325	153	109	76,5	31,02	18,5	12,2	11,8	10	13,39	15,3	12	10
Setor petrolífero (cresc. %)	5,3	9	8,8	7,6	9,1	10,4	13,1	20,4	12,3	-5,1	-3	-8,4	13,4
Setor não petrolífero (cresc. %)	0,1	-1,5	25	-1	13,9	19,4	25,9	25,4	15	8,3	7,8	8,1	12,5
Importações (cresc. %)	-2,2	4,6	3,76	5,48	6,36	8,35	11,27	15,22	20,98	23,64	18,1	19,5	20,8
Exportações (cresc. %)	53,6	-5,2	8,32	9,5	14,06	24,1	31,34	43,15	63,91	40,64	52,6	66,4	59,5
Taxa de câmbio (Dólar-kz)	16,3	31,1	54,5	74,6	85,5	87,2	80,4	76,6	75,16	89,39	92,6	95,3	95,33
Divída externa (% PIB)	10,5	10,8	10,4	9,9	9,16	10,5	9,4	11,24	8,36	7,62	16,1	18	18,16

Fonte: BNA, MINFIM, FMI e BM (Elaboração própria)

Relativamente ao Produto Interno Bruto, podemos verificar que o mesmo sofreu inúmeras oscilações, alcançando os valores mais altos em 2005, 2006 e 2007, influenciado pelo crescimento do setor não petrolífero (agricultura, construção civil e serviços), que atingiu a marca de 25,4% em 2007 e 12,5% em 2012, resultado dos esforços do governo com vista a estabilidade

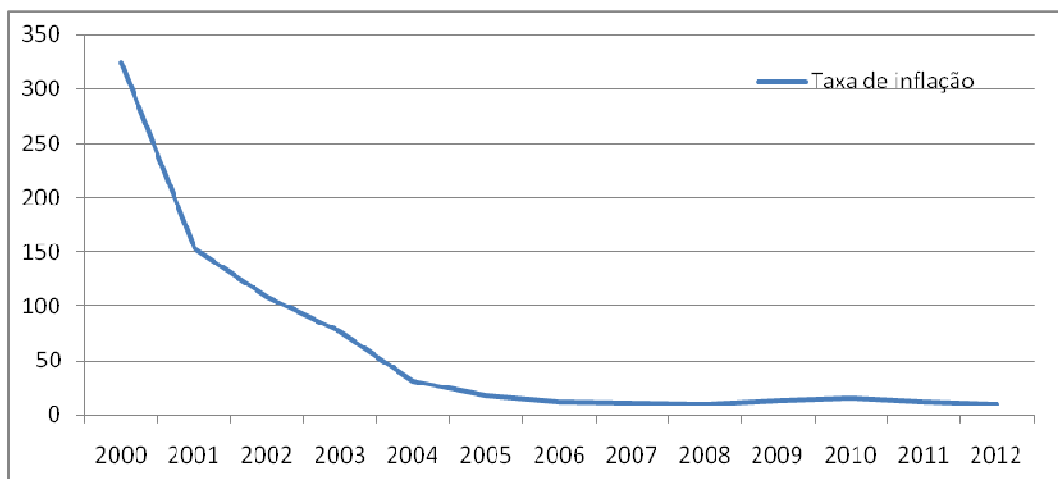
económica e financeira. O setor petrolífero, como nos mostram os indicadores macroeconómicos, teve de 2009 a 2011 uma ligeira contração causada pela crise financeira internacional e pela quebra dos preços do petróleo. Em 2011 teve os índices mais baixos, com -8,4%.

Gráfico n.º 1 - Produto Interno Bruto



Fonte: BNA (Elaboração própria)

Gráfico n.º 2 - Inflação



Fonte: BNA (Elaboração própria)

No que diz respeito à inflação, podemos notar que decresceu consideravelmente. De 2000 a 2005, Angola registou altas taxas de inflação, devido à emissão excessiva de dinheiro por parte do governo angolano, à procura por produtos superior à capacidade de produção do país e ao aumento dos custos de produção de produtos no país. A inflação de 10% registada em 2012 é a mais baixa da história económica de Angola.

As importações e as exportações continuam em ascensão. Houve um aumento das importações com um valor superior a 20% em 2012. As exportações cresceram significativamente de 2000 a 2012. Os anos de 2008 e 2011 registaram os maiores valores, com 63,91 % e 66,4%, respetivamente.

A taxa de câmbio manteve-se instável, tendo-se verificado um aumento do preço do dólar de 2000 a 2012, com registo de 95,33 Kwanzas por dólar no último ano, resultado da escassez do dólar no mercado. Quanto à dívida externa, podemos concluir que tem vindo a aumentar, representando 18,16% do PIB em 2012, o que significa que os financiamentos contraídos no exterior pelo governo angolano se mantêm em alta.

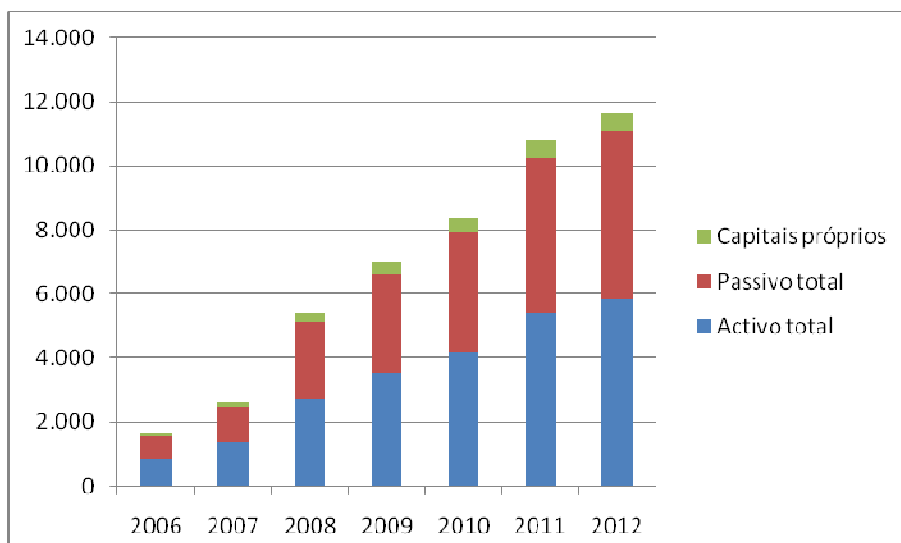
Indicadores do setor bancário

Analisando o ativo total do setor bancário angolano, podemos verificar um aumento de 2006 a 2012, com mínimo de 830 mil milhões de Kz em 2006 e máximos de 5.841,73 mil milhões de Kz em 2012, uma diferença de 5.011,73 mil milhões de Kz (ver anexo de tabelas). Este crescimento deveu-se ao aumento conjunto do capital, do crédito e dos títulos e valores mobiliários, e pela entrada de novos bancos. Durante o período de 2006 a 2012, o passivo total do setor bancário aumentou gradualmente, de 729 mil milhões de Kz em 2006 para 5.268 mil milhões de Kz em 2012. Esta subida está ligada ao aumento dos depósitos, uma vez que representam a principal fonte de captação de recursos do setor bancário.

O nível de capitais próprios no setor bancário é aceitável, se tivermos em conta que entre 2006 e 2012 houve uma significativa evolução (77 mil milhões de Kz em 2006 para 518 mil milhões de Kz em 2012). A expansão dos capitais próprios resultou do aumento das reservas, a partir dos lucros obtidos

e por aumento de capital e por empréstimos feitos por algumas instituições bancárias.

Gráfico n.º 3 - Ativo, Passivo e Capital Próprio (valores em milhares de milhões de kz)



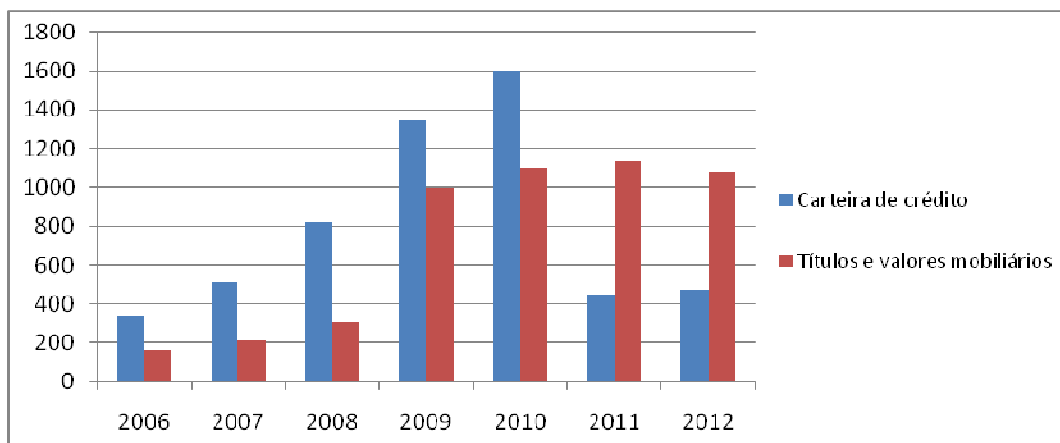
Fonte: BNA (Elaboração própria)

Carteira de crédito, títulos e valores mobiliários e depósitos

A carteira de crédito também sofreu um aumento considerável, sendo de 415,23 mil milhões de Kwanzas em 2006, e 475,44 mil milhões de Kz em 2012. O crédito é concedido maioritariamente ao setor privado, em particular às empresas e aos particulares. Os títulos e os valores mobiliários observaram uma subida de 161 mil milhões de Kz em 2006 face a 1.077 mil milhões de Kz registados em 2012.

O depósito de clientes manteve-se como a principal fonte de captação de receitas. Em 2006 corresponderam a 615,8 mil milhões de Kz, tendo crescido para 829,3 mil milhões de Kz em 2012. Maioritariamente, são depósitos à ordem, captados junto do setor privado empresarial.

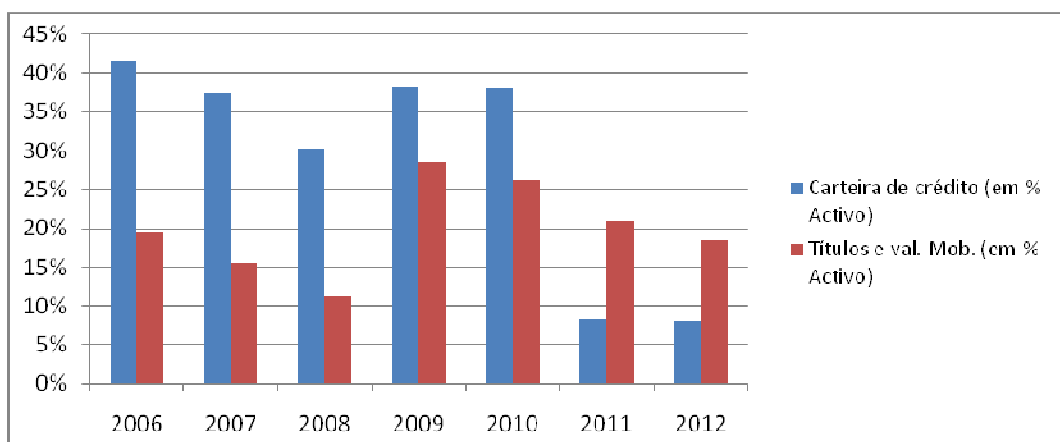
Gráfico n.º 4 - Carteira de crédito e títulos e valores mobiliários (valores em milhares de milhões de kz)



Fonte: BNA (Elaboração própria)

Carteira de crédito e títulos e valores mobiliários (em % Ativo)

Gráfico n.º 5 - Carteira de crédito e títulos e valores mobiliários (em % Ativo)

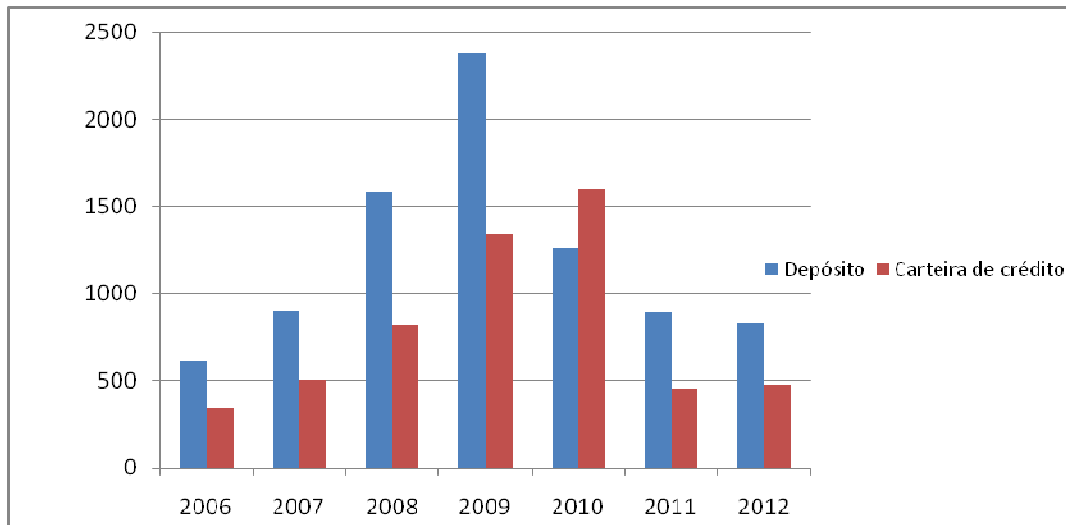


Fonte: BNA (Elaboração própria)

Comparativamente a carteira de crédito de 2006 a 2012, podemos constatar que houve uma variação da carteira de crédito. O período de 2006 a 2010 alcançou o maior registo com 41% em 2006 e 31% em 2010. Os anos de 2011 e 2012 tiveram os resultados mais baixos. O mesmo já não acontece com

os títulos e valores mobiliários, que apesar da oscilação dos resultados em 2006 a 2008, manteve um crescimento na ordem dos 20% em 2009 a 2012. As taxas mais elevada forma obtidas em 2009 (28%) e 2010 (26%).

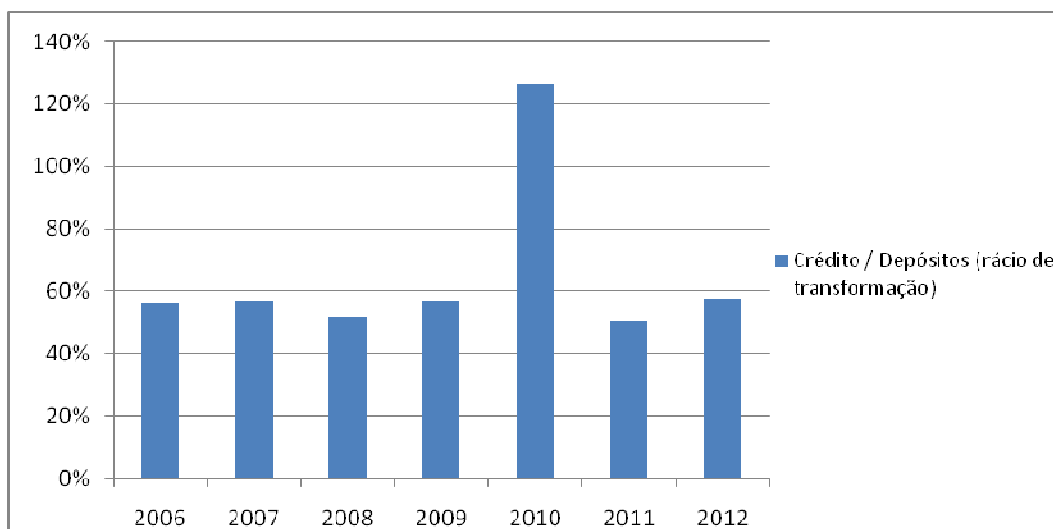
Gráfico n.º 6 - Depósitos e Crédito (valores em milhares de milhões de kz)



Fonte: BNA (Elaboração própria)

Fazendo uma análise minuciosa dos dados dos depósitos, podemos notar que de um modo geral houve uma melhoria da qualidade dos depósitos, particularmente no período de 2006 a 2010, onde o setor bancário registou o maior número de depósitos, sobretudo em 2009 com 2377,5 mil milhões de Kz. Apesar dos resultados dos depósitos em 2011 e 2012 estarem abaixo dos anos anteriores (892,78 mil milhões de Kz em 2011 e 829,30268 mil milhões de Kz em 2012), os depósitos do setor bancário se mantém em bom ritmo de crescimento.

Gráfico n.º 7 - Crédito / Depósitos (rácio de transformação)



Fonte: BNA (Elaboração própria)

O rácio crédito / depósitos indica o grau de alavancagem e à qualidade dos ativos em Balanço. Analisando este último gráfico podemos observar, que o rácio Crédito / Depósitos (rácio de transformação) encontra-se em cima da média, isto é, além dos 50%, se tivermos em conta, que o ano com o registo mais baixo é ano de 2011 com 50% contra 126% em 2010.

Da análise feita aos diferentes indicadores do setor bancário em Angola podemos dizer que este setor está a crescer gradualmente, não só no que diz respeito a expansão das instituições bancárias, no volume de crédito concedido, mas também no volume de negócio que envolve este setor. O volume dos depósitos tem vindo a subir gradualmente, porque os angolanos conseguem poupar dinheiro. Por outro lado, há um aumento da concessão de crédito em kwanzas em detrimento de moedas estrangeiras, especialmente em dólares.

4.2.3. INSTITUIÇÕES NÃO MONETÁRIAS

4.2.3.1. O MERCADO DE SEGUROS E DE FUNDOS DE PENSÕES EM ANGOLA

Atualmente, as empresas de seguros exercem um papel decisivo no desenvolvimento económico e social do país, protegendo vidas e ativos dos diversos setores da economia angolana, contribuindo desse modo para a prevenção de riscos, a mobilização de capitais sob a forma de poupanças e a transferência de risco, reduzindo os custos decorrentes de perdas. Para Pereira (2012), o setor dos seguros é um dos vetores fundamentais do desenvolvimento e crescimento do país, uma vez que o setor contribuiu para o crescimento do PIB e para a proteção financeira dos investimentos das empresas e dos particulares.

Com o fim do regime colonial, surgiu em Angola a primeira empresa angolana de seguros, fundada a 18 de fevereiro de 1978, sob a designação de Empresa Nacional de Seguros e Resseguros de Angola, de capitais públicos, e que dominou o setor de seguros durante largos anos.

Foram aprovadas diversas leis com o intuito de promover o crescimento do setor, tais como o Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, destinado à Supervisão de Seguros (1998), a lei base dos transportes, que controla o seguro de responsabilidade civil automóvel obrigatório (2009), e que, na ótica de Lamelas (2012), representa um instrumento imprescindível para a prevenção da sinistralidade rodoviária. O seguro de responsabilidade civil é o mais abrangente, por cobrir danos físicos ou materiais causados a terceiros, incluindo atletas, voluntários e espectadores, inclusive por atos terroristas.

Com a publicação da Lei nº 1/2000, de 3 de fevereiro, deu-se início da atividade seguradora de carácter privada. Atividade de seguro, até então exercida pela ENSA - Empresa Nacional de Seguros de Angola deixou de ser monopólio do Estado Angolano. A lei nº 1/2000 veio assim regulamentar a atividade seguro e de mediação de seguros em Angola. As empresas seguradoras passam a estar sob a custódia do Instituto de Supervisão de

Seguros, tutelado pelo Ministério das Finanças, cumprindo os seus objetivos com base na legislação angolana de seguros (anexo nº 7).

Entre os serviços prestados pelas empresas de seguros em Angola, temos o já referido seguro de responsabilidade civil automóvel obrigatório, o seguro de construção, o seguro contra acidentes de trabalho, seguros de saúde e o Seguro empresarial (destinado a conferir proteção às empresas, nomeadamente nos setores da indústria, comércio e ou prestação de serviços).

Atualmente, o setor de seguros em Angola, é composto pelas seguintes seguradoras: AAA (três ases), Mundial Seguros, Nossa Seguros, Mundial, Global, G.A. Angola Seguros, Universal, ENSA, Protteja Seguros, Triunfal Seguros, Mandume Seguros, Corporação Angolana de Seguros, Confiança Seguros e Garantia seguros. Todas atuam no ramo vida e não vida, organizadas numa associação dos transportes, que controla o seguro de responsabilidade civil automóvel obrigatório, denominada Associação das Seguradoras de Angola (ASAN)²⁰.

A constituição de uma sociedade de seguros com recurso ao investimento estrangeiro implica que, pelo menos, 60% do capital estrangeiro seja proveniente de instituições seguradoras e financeiras e ainda que, pelo menos, 30% do capital seja proveniente de entidades nacionais.

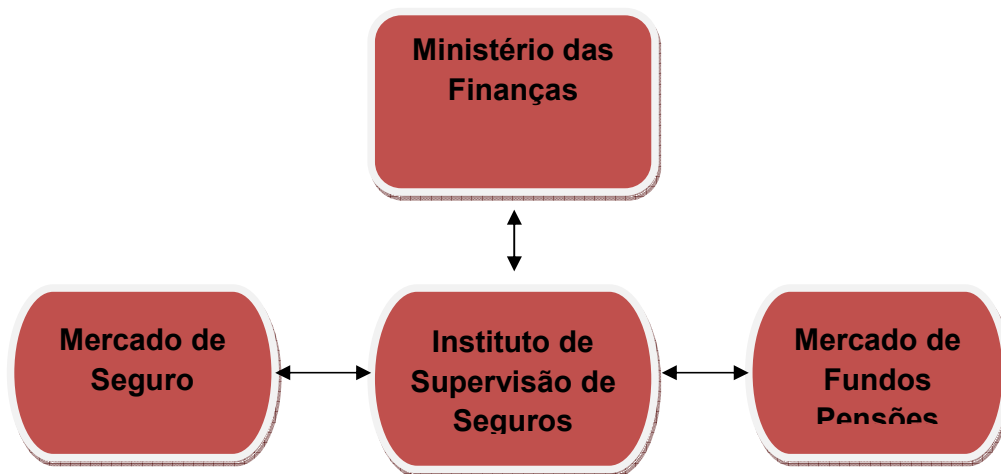
Relativamente aos fundos de pensões em Angola, têm um papel de destaque na segurança social e estatal, por meio da captação de poupanças, em particular na proteção da velhice, invalidez, orfandade, viuvez. De forma breve, os fundos de pensões em Angola foram implementados em Angola a partir de 1998, por meio do decreto nº 25/98 (anexo nº 8).

²⁰ A ASAN foi criada no dia 15 de fevereiro de 2012, com o objetivo de defender os interesses dos seus associados e divulgar as suas posições comuns, quer nacional, quer internacionalmente, junto de quaisquer entidades públicas ou privadas, contribuindo para a modernização e o desenvolvimento do setor segurador e atividades afins, sustentada na qualidade de seguro e na concorrência sã e leal. A associação vai igualmente cooperar com os media para a promoção permanente da cultura de gestão de riscos e seguros junto das famílias e empresas angolanas (Angonoticias, 2012).

Os fundos de pensões podem ser vistos como uma alternativa para o financiamento doméstico e para o desenvolvimento económico do país, na medida em que canalizam recursos para os setores produtivos (indústria, comércio e transporte), apesar de representarem ainda uma pequena fração do PIB. As seguradoras que gerem os fundos de pensões são a ENSA – Seguros de Angola, S.A e a Mundial - Seguros, SA.

Um dos grandes problemas que o setor enfrenta é o desconhecimento do seu papel por parte de muitos agentes sociais, isto porque apenas uma franja da população tem conhecimento e acesso aos serviços prestado pelos fundos de pensões, sobretudo no setor privado. Para que o setor floresça é necessária uma maior divulgação.

Fig. 2- Estrutura do mercado de seguros e de fundos de pensões



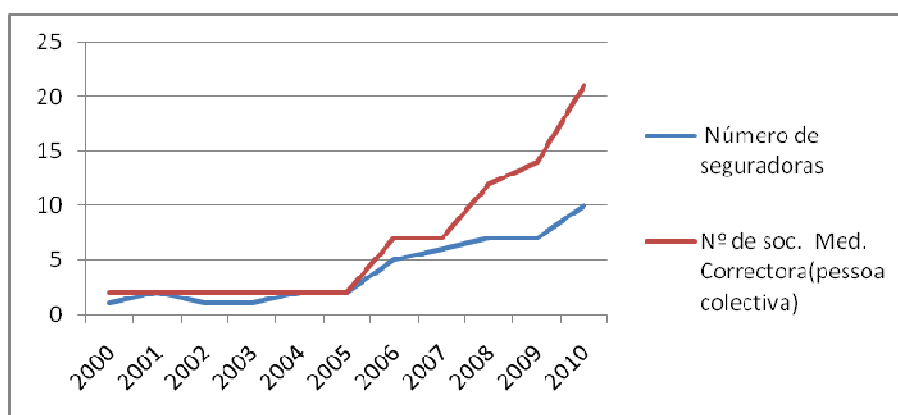
Fonte: ISS (Elaboração própria)

O Instituto de Supervisão de Seguros é a entidade especializada do Ministério das Finanças, de direito público com competências jurídicas, gozando de autonomia financeira e administrativa para supervisionar a atividade do seguro e de fundos de pensões (Decreto 63/04-D.R.nº78I Serie, de 28 de setembro de 2008). Este órgão subdivide-se em dois mercados, o Mercado de Seguro (composto pelas sociedades de seguro) e o Mercado de Fundos Pensões (composto pelas sociedades gestoras de fundos de pensões).

Análise da evolução do setor dos Seguros e Fundos de Pensões

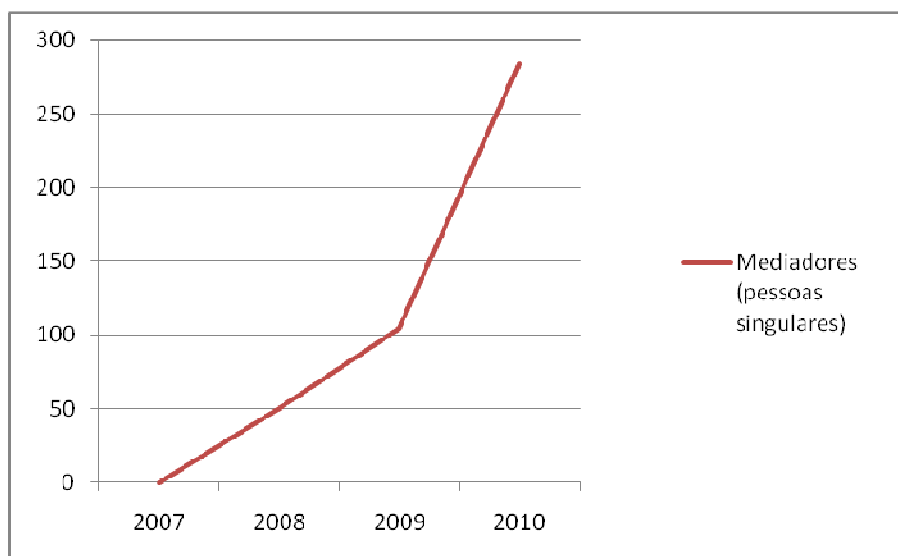
O período do monopólio estatal do setor dos seguros foi caracterizado pela existência de uma única seguradora pública, a ENSA E.P, criada pelo decreto n.º 17/78. Como podemos observar nas tabelas em Anexo, as estatísticas deste período mostram que o rácio de Indemnização de Seguro Direto é baixo²¹.

Gráfico n.º 8 - Número de seguradoras e mediadoras de seguros



Fonte: ISS (Elaboração própria)

Gráfico n.º 9 - Mediadores (pessoas singulares)



Fonte: ISS (Elaboração própria)

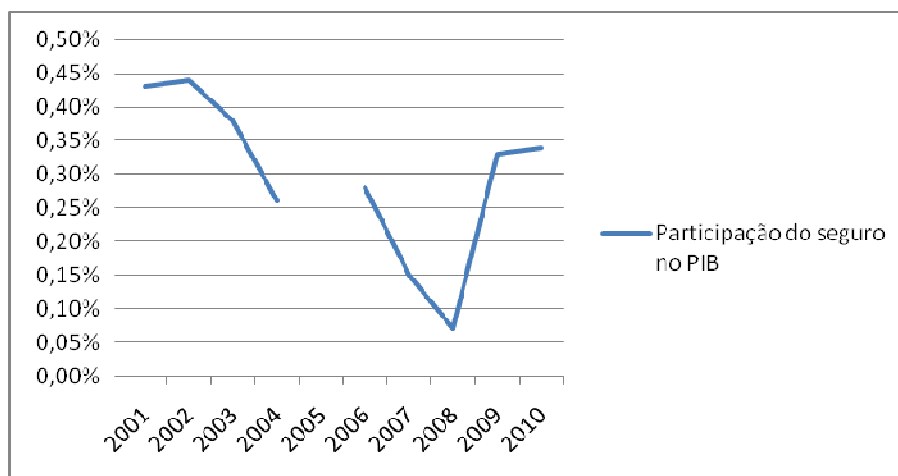
²¹ Os dados que suportam esta análise encontram-se em anexo (tabelas).

Quanto ao rácio de prémio de seguro direto podemos verificar um aumento gradual de 1995 a 2000 com máximos de 830.862 mil Kwanzas no último ano, o mesmo acontecendo com o Prémio Cedido em Resseguro, onde observamos um crescimento de 433.842 mil Kwanzas em 2000. Analisando o período de 2001 a 2010 notamos que os indicadores do rácio Indemnização de Seguro Direto mostram que temos ainda níveis de sinistralidade bastante reduzidos.

Se olharmos para os dados das indemnizações, notamos que há um aumento significativo das indemnizações entre 2009 e 2010 - 2009 com 13.002,47 milhões de Kwanzas e 2010 com 15.224,80 milhões de Kwanzas - o que indica um aumento no valor pago pelas seguradoras para cobertura de sinistros.

Os dados dos prémios cedidos em resseguro indicam um aumento gradual nas receitas com o resseguro. O ano de 2010 foi o mais produtivo, com um registo de 38.257,67 milhões de Kwanzas. Todavia o saldo da balança em resseguro é benéfico para as resseguradoras. Durante o período de 2000 a 2010, o prémio de seguro direto aumentou consideravelmente, de 830.862 mil Kwanzas em 2000 para um total de 76.054,25 milhões de Kwanzas em 2010, sendo o ramo de “outros danos em coisas” o que registou maior crescimento, com 90,5%.

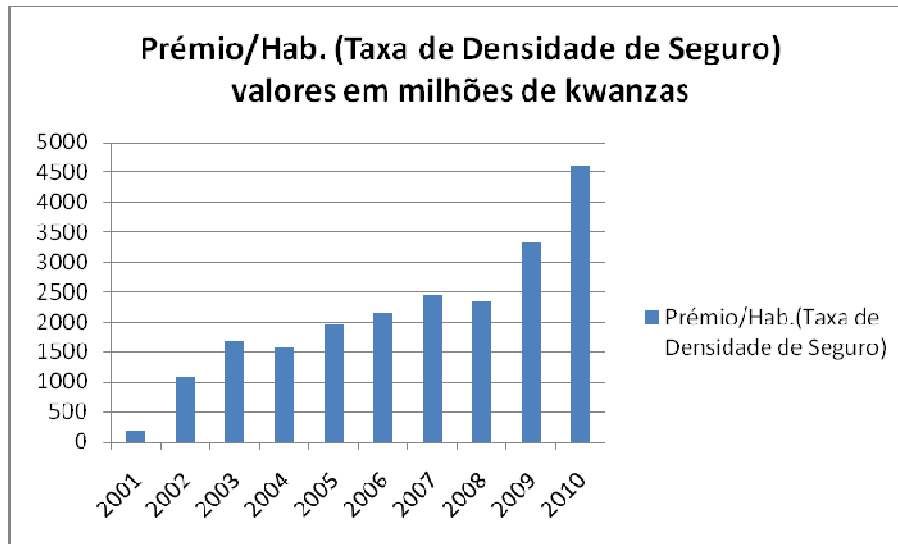
Gráfico n.º 10 - Níveis de participação dos seguros no PIB



Fonte: ISS (Elaboração própria)

O nível de participação dos seguros no PIB ainda é bastante reduzido e tende a baixar. De 2001 a 2002 tivemos um crescimento de 1%. Baixando logo em seguida para 5% em 2003, com um registo de descida nos anos seguintes, com ligeira recuperação de 1% de 2009 a 2010, sendo 0,33% em 2009 e 0,34% no ano que seguinte.

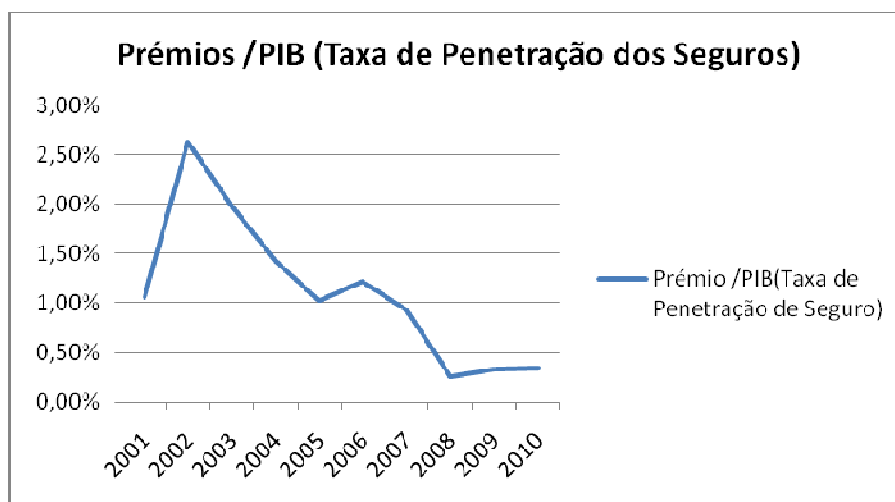
Gráfico n.º 11 - Taxas de Densidade de seguro



Fonte: ISS (Elaboração própria)

A densidade de seguro é medido pelo indicador do valor do premio por habitantes. No que concerne à taxa de densidade de seguro temos vários períodos de oscilação. De um modo geral, registou-se um crescimento se tivermos em conta os dados de 2001, pois comparando com 2010, podemos observar que cresceu de 4.422,84 milhões de kwanzas em 2010, face os 173,42 milhões de kwanzas em 2001. Os anos de 2004 e 2006 foram os de maior declínio. De modo geral houve um aumento da procura do seguro.

Gráfico n.º 12 - Taxa de penetração do seguro



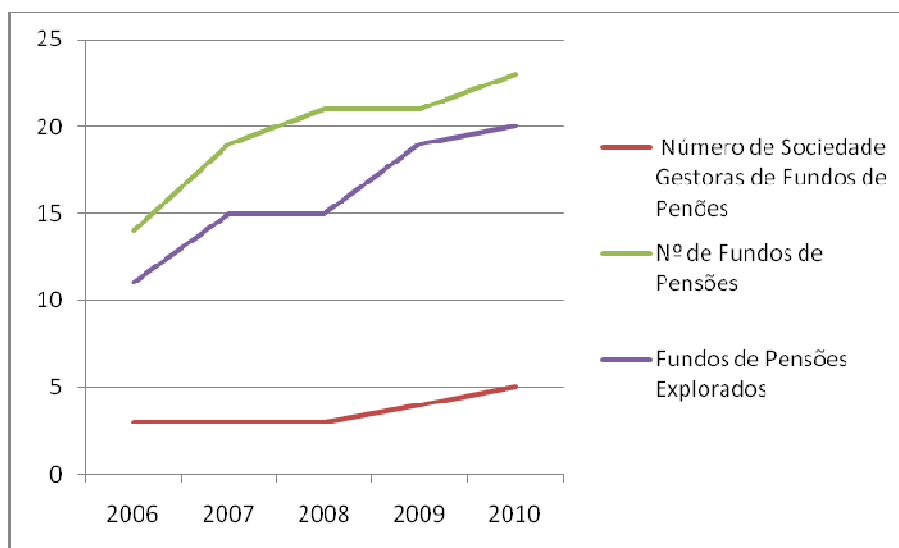
Fonte: ISS (Elaboração própria)

Em relação à taxa de penetração dos seguros, podemos concluir que houve um decréscimo, o que significa que a taxa de penetração dos seguros está em declínio (porventura, dado o forte crescimento do PIB verificado no período). O ano de 2002 regista o maior valor com 2,63%, e 2008 com 0,26% registou o valor mais baixo.

Quanto aos ativos investidos, podemos concluir que as companhias de seguros continuam a aumentar os seus ativos financeiros, muito embora pouco significativamente, registando-se dados não animadores de 2001 a 2003. No entanto, verificam-se aumentos significativos de 2008 a 2010, com máximos de 34.243,66 milhões de Kwanzas.

Relativamente aos fundos de pensões, registou-se um aumento do número de gestores de fundo de pensões e de sociedades de fundos de pensões, particularmente em 2010, atingindo cinco sociedades gestoras e 23 fundos de pensões autorizados.

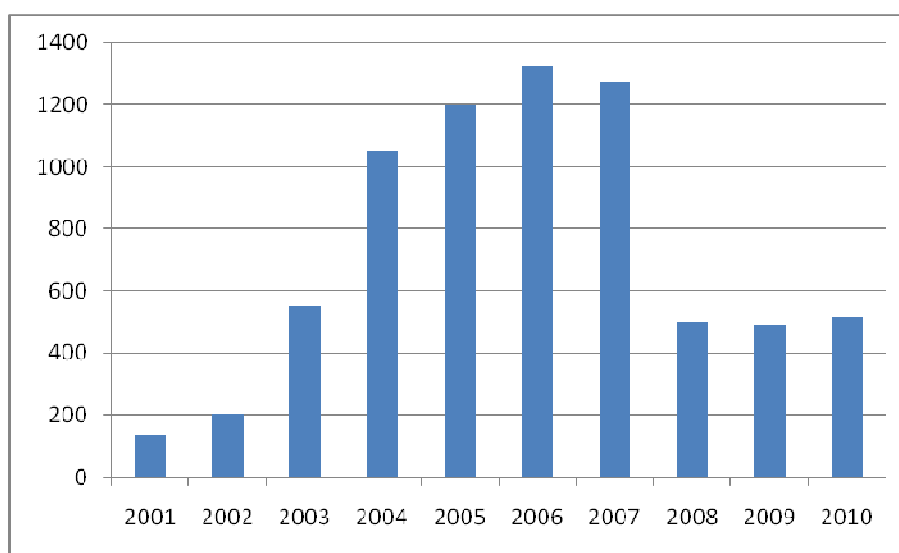
Gráfico n.º 13 - Número de seguradoras e sociedades gestoras de fundos



Fonte: ISS (Elaboração própria)

O número de participantes evoluiu de 2006 a 2010, atingindo 35.571 indivíduos, verificando-se, do mesmo modo, um incremento no número de pensionistas, que é agora de 9.637 contra 8.260 pensionistas do ano anterior.

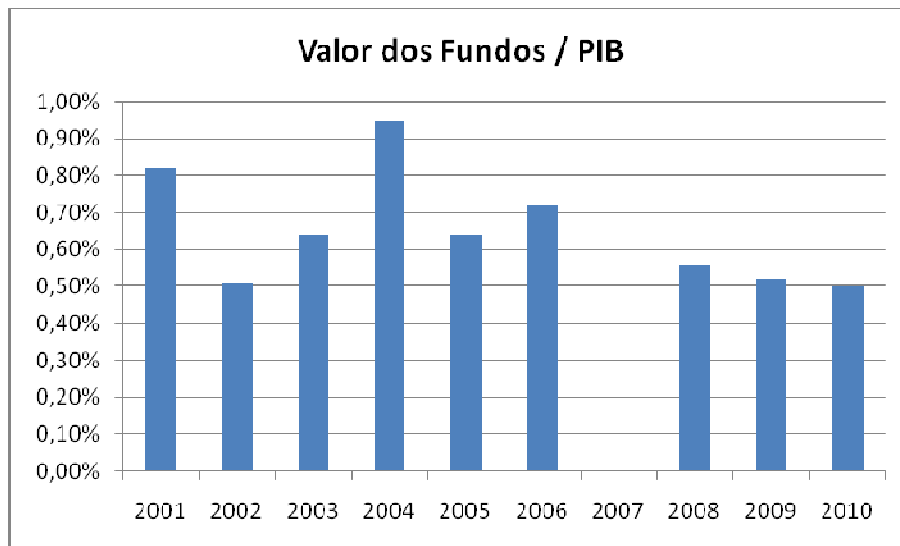
Gráfico n.º 14 – Densidade dos Fundos de Pensões (valores em milhões de kwanzas)



Fonte: ISS (Elaboração própria)

Apesar de se registar uma evolução considerável, a densidade dos fundos de pensões ainda continua abaixo dos níveis desejados. Em 2006 atingiu um máximo de 1.324,72 milhões de Kwanzas.

Gráfico n.º 15 - Taxas de Penetração dos Fundos de Pensões

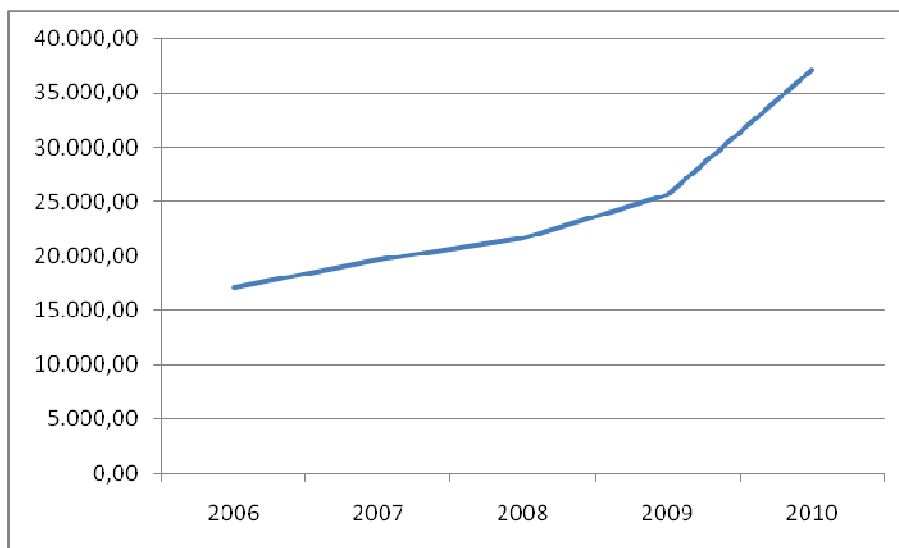


Fonte: ISS (Elaboração própria)

Relativamente aos fundos de pensões/ prémios podemos perceber que os indicadores de 2010 estão abaixo dos anos anteriores, de 0,82% em 2001 para 0,50% em 2010. Quanto ao valor de fundos de pensões, podemos notar que houve um aumento nos últimos anos, sendo 2009 e 2010 os anos com maior incremento, verificando-se em 2010 um aumento na ordem de 37.752,66 milhões de Kwanzas. O montante de pensões pagas ultrapassou os 3.776,39 milhões em 2010.

Por último, os Ativos investidos também observaram uma subida desde o ano de 2001 a 2010, passando de 1.229,60 milhões de Kwanzas em 2001 para 37.126,17 milhões de Kwanzas em 2010.

Gráfico n.º 16 – Ativos investidos (fundos de pensões) – valores em milhões de kwanzas



Fonte: ISS (Elaboração própria)

Após esta análise minuciosa dos dados disponíveis, podemos concluir que a situação atual do setor dos seguros e de fundos de pensões em Angola é favorável, registando-se crescimentos contínuos.

4.2.3.2. MERCADOS DE CAPITAIS EM ANGOLA

A criação de mercados de capitais em Angola representa uma das maiores conquistas do setor financeiro e económico no pós guerra, uma vez que este mercado permitirá reorganizar o sistema financeiro angolano e possibilitará às empresas angolanas capitalizarem-se, diversificando as suas fontes de financiamento e obtendo uma maior liquidez para a execução dos seus projetos.

Para Londa (2011), o progresso económico de Angola depende em parte da existência de um mercado de capitais, uma vez que o mercado de capitais constitui uma das formas mais eficaz para as empresas quer públicas e privadas de financiar os seus projetos de investimento e ao mesmo tempo atenuará a dívida interna e externa do país, contribuindo assim para a melhoria da notação de rating do país nos mercados internacionais.

O surgimento de um mercado de capitais em Angola dará ainda às instituições financeiras monetárias e não monetárias angolanas a oportunidade para a aquisição e venda de títulos, de forma a minimizarem a dependência do setor empresarial do financiamento estatal, e fazer com que haja maior transparência das empresas angolanas na venda e aquisição de títulos, motivando a concorrência nos diversos setores da economia nacional.

As transações na bolsa de valores podem ser efetuadas através de sociedades corretoras de valores mobiliários. Na bolsa de valores e derivados de Angola serão negociados As ações, obrigações e debentures, incluindo obrigações e debentures de caixa, emitidas por sociedades e entidades nacionais ou estrangeiras, os fundos públicos nacionais e estrangeiros e os valores mobiliários aos mesmos equiparados, os títulos de participação e as quotas de fundos de investimento.

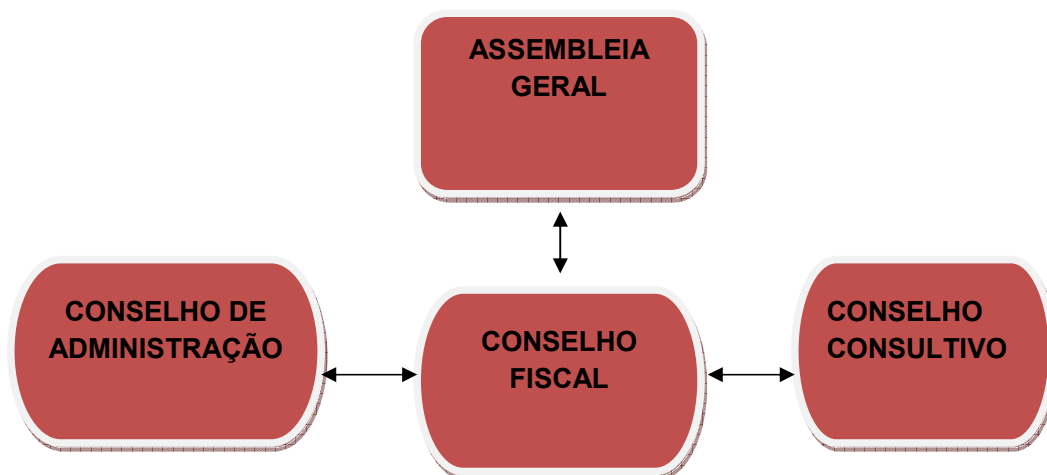
A implementação da bolsa de valores em Angola está a cargo da comissão de mercado capitais (CMC), criada com base no decreto n.º 09/05, de 18 de março de 2005, pelo conselho de ministros, e publicada no Diário da República de 18 de março. A CMC é supervisionada pelo Ministério das finanças, que tem a responsabilidade de supervisionar e regulamentar todas as atividades do mercado mobiliário, assim como todas as instituições presentes no mercado imobiliário, as ofertas públicas sobre os valores mobiliários e os sistemas de liquidação (CMC, 2005).

Caberá à CMC a supervisão de todas as atividades desenvolvidas na bolsa de valores, mediante as leis que regem a devida instituição (Lei n.º 13/05, de 30 de setembro de 2005), e ao mesmo tempo impulsionar a criação de poupanças, por via de emissão de ações ppor parte do setor empresarial.

Sem abertura prevista, a Bolsa de Valores e Derivados de Angola (BVDA) conta já com 27 subscritores e um montante de 7 milhões e 710 mil dólares para a sua constituição. Entre os subscritores encontram-se a Sonangol, a Endiama, a Ensa, FDES, BPC, BIC, BFA, BAI, Grupo António Mosquito, Sistec e Chicoil. Um dos grandes problemas que a futura bolsa de valores enfrenta é o limitado número de empresas. Porém, o Governo pretende aumentar o número de empresas, e para isso, conta com a participação de

todos os bancos. Desta forma, a banca ficará com 10% do capital, as principais empresas públicas com 50%, algumas empresas de transportes e software (35%) e pequenos acionistas (5%) (Jornal Digital, 2011).

Fig. 3- Estrutura diretiva do mercado de capitais em Angola



Fonte: CMC, 2005 (Elaboração própria)

A bolsa de valores em Angola é formada pela Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, e Conselho Consultivo, tal como podemos observar no esquema que se segue. A bolsa possui também um Diretor de Sessão, cuja nomeação será feita pelo Conselho de Ministros, sob proposta do Ministério das Finanças.

O Conselho de Administração é composto por um presidente e quatro administradores, nomeados pelo Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro das Finanças, com mandato de cinco anos. O Conselho Fiscal é formado por um presidente e quatro vogais, nomeados pelo Ministro das Finanças, composto por 3 representantes de sociedades de contabilidade e auditoria. O Conselho Consultivo é o órgão de assessoria e consulta multisectorial. Presidido pelo Conselho de Administração da CMC, integra o diretor nacional do tesouro, os diretores gerais do ISS e do IAPE (Instituto Angolano de Participações do Estado), o diretor de supervisão do BNA, os presidentes da associação angolana de bancos, da bolsa de valores, mercadorias e futuros, e os representantes de empresas gestoras de fundos de

investimento, sociedades corretoras e, por último, profissionais de auditoria e contabilidade.

De acordo a lei orgânica da CVM (n.º15), os membros do Conselho de Administração não devem exercer quaisquer atividades em outras instituições públicas ou privadas, nem desenvolver atividade na bolsa por conta própria ou ao serviço de outrem. Por decreto presidenciais, n.º 23/12, de 30 de janeiro, foram empossados no dia 17 do mês de fevereiro quatro membros do Conselho de Administração da Comissão de Mercados de Capitais.

A bolsa de valores de Angola tem como objetivos:

- Promover a negociação de valores mobiliários registados, disponibilizar serviços, sistemas e mecanismos adequados para a intermediação competitiva, ordenada, contínua e transparente de valores de oferta pública e instrumentos derivados;
- Dotar, permanentemente, o referido local ou sistema, de todos os meios necessários à pronta e eficiente realização e visibilidade das operações;
- Estabelecer sistemas de negociação que propiciem a continuidade de preços e liquidez ao mercado de valores registados;
- Criar mecanismos regulamentares e operacionais que possibilitem a execução, pelas sociedades corretoras de valores mobiliários, de quaisquer ordens de compra e venda dos investidores.

CONCLUSÃO

O propósito central da presente monografia era investigar a história do sistema financeiro angolano, necessariamente a génese, evolução e o impacto do sistema financeiro no desenvolvimento económico de Angola nos mais diversos setores, bem como conhecer as diferentes etapas e os acontecimentos que marcaram a história do sistema financeiro angolano. Na base destes pressupostos, após uma rigorosa pesquisa científica podemos concluir o seguinte:

Datado de 1865, com o surgimento da filial do Banco Nacional Ultramarino Português, o sistema financeiro angolano, foi concebido em primeira instância para satisfazer os interesses económicos de Portugal. Com a proclamação da República de Angola, o sistema financeiro angolano passou a promover o desenvolvimento económico e social da nação angolana. O sistema financeiro angolano tem por finalidade a alocação dos recursos entre poupadores e tomadores de empréstimos os recursos necessários, permitindo aos agentes económico o financiamento de seus projetos.

O atual sistema financeiro de Angola é constituído por um conjunto de instituições financeiras e não financeiras, em que tomam parte o Banco Central angolano (BNA), além de bancos comerciais e de investimentos, corretoras de valores, fundos de investimentos, fundos de pensão, a recente bolsas de valores de Angola e companhias de seguro, inclusive por instituições financeiras estrangeira.

A existência de estabilidade política, adicionado ao crescente número de infraestruturas e à entrada de novos operadores, tem contribuindo para o aumento da concorrência no setor bancário, o que tem influenciado no crescimento da economia e o desenvolvimento do setor financeiro. As políticas de expansão da banca têm por finalidade informarem o público em geral sobre a importância do setor bancário e a necessidade de uma melhor utilização de produtos bancários.

Os esforços do governo têm por objetivo o fomento do setor bancário, do setor de seguro e a consolidação da bolsa de valores e do mercado de capitais,

que permitirão diversificar e ampliar as fontes de financiamentos e melhorar as condições de crédito para a economia e para as empresas com dificuldade de financiamento.

As reformas empreendidas no setor financeiro têm por finalidade a modernização do setor e o reforço do controlo monetário, a redução dos custos de intermediação e o aumento da captação das poupanças, tendo em conta os limites impostos pelas instituições que regem o setor e o atual contexto do país.

Os setores de seguros e de fundos de pensões têm demonstrado um crescimento bastante significativo, tendo em conta os atuais desafios que o setor enfrenta. Um dos fatores que dinamizaram este mercado foram as políticas de liberação financeira, que geraram inúmeras mudanças e aumento do número de seguradoras e de sociedades gestoras e fundos de pensões como nos mostram os indicadores destes setores. Apesar do progresso que estes mercados registaram, o nível de penetração e densidade de seguro ainda é baixo se compararmos com outros países do continente.

As perspetivas de crescimento do setor bancário são animadoras. Os bancos comerciais que labutam no mercado angolano tem por objetivo aumentar os seus lucros e melhorar os principais indicadores de atividade anual. Por outro lado, o sistema financeiro angolano enfrenta problemas decorrentes da falta de um controlo rigoroso, impedindo o cabal crescimento do setor e a sua adequação tendo em conta as mudanças decorrentes no sistema financeiro internacional.

Apesar do seu fraco apoio ao fomento do setor empresarial, as instituições internacionais e o investimento estrangeiro têm contribuído para o processo de diversificação da produção e exportações angolanas. Angola continua dependente do setor petrolífero e das importações, estando o setor produtivo nacional longe de satisfazer as necessidades do consumo interno. As micro, pequenas e médias empresas continuam a ter um papel pouco significativo no mosaico empresarial de Angola.

O setor petrolífero é o mais ativo de Angola e as suas receitas contribuem para a estabilidade económica e financeira do país, uma vez que representam parte significativa do PIB (produto interno bruto) e parte das suas receitas fiscais são direcionadas à elaboração do orçamento geral do estado, favorecendo o crescimento dos mercados financeiros e o aumento da liquidez no sistema financeiro.

Tal como toda obra humana, este trabalho não é um produto definitivo, por isso esperamos receber contribuições para o seu aperfeiçoamento. Todavia, estamos convicto que produzimos um trabalho de interesse social e económico à luz da metodologia de investigação científica que deve nortear um trabalho a este nível.

RECOMENDAÇÕES E PROPOSTAS

A fim de contribuímos para um conhecimento mais profundo dos factos inerentes à história do sistema financeiro angolano, com vista a uma melhor compreensão do papel deste no desenvolvimento da nova Angola apresentamos as seguintes recomendações propostas:

- Que as autoridades angolanas devem apostar na liberalização financeira, a fim de incentivar a competitividade a nível interno e externo, na integração regional, na construção da infraestrutura e edificação de um de sistemas de avaliação de riscos do nosso sistema financeiro, de modo a evitar crises no sistema financeiro nacional.
- Que as instituições de crédito devem colocar à disposição dos cidadãos um grande número de informações, de modo que se criem condições credíveis para o crescimento deste setor e que os agentes económicos possam seleccionar os melhores serviços prestados pelas instituições bancárias, que favoreçam os seus projetos de investimentos.
- Que as autoridades monetárias do país fiscalizem as atividades bancárias, para evitar gestão fraudulentas, propositadas ou não, com a intenção de prejudicar os depositantes e auferir lucros para a instituição.
- Evitar que instituições estrangeiras dominem o nosso sistema financeiro, estipulando uma percentagem máxima de participação no mercado angolano, evitando que o Banco Central perca a sua capacidade de executar a política monetária, uma vez que os bancos estrangeiros, aproveitando-se dos problemas administrativos dos bancos e das lacunas do sistema financeiro possam tomar controlo do nosso mercado financeiro.
- Que haja uma maior distribuição e expansão das instituições bancárias, seguradoras e fundos de pensões em todo o território nacional, de maneira que seja extensivo a todos angolanos, para que tenhamos uma taxa de penetração não inferior à de outros países.

- Que o estado angolano remunere devidamente os seus quadros de maneira a haver maior empenho e dedicação no exercício das suas atividades, pondo de lado práticas que perigam o ritmo de desenvolvimento económico e financeiro do país.
- Devemos apostar cada vez mais nos quadros nacionais de forma a colmatar as dificuldades que ainda se registam, para manter o ritmo de crescimento aceitável tendo em conta os padrões internacionais.
- Que os esforços do governo devem estar direcionados em promover o crescimento do setor empresarial e proporcionando o acesso ao crédito às famílias com escassos recursos, mediante a política de microcrédito, com objetivo de promover o crescimento económico e financeiro do país e o combate à pobreza.
- Que o Ministério das Finanças, o Banco Nacional de Angola, o Instituto de Supervisão de Seguro e outras instituições elaborem manuais revistas e artigos, afim de termos à disposição fontes disponíveis para a investigação científica para todos que se propõem investigar o tema.
- Que seja implementada uma bolsa de valores para o mercado financeiro, para negociação de ações de empresas de capital aberto (públicas ou privadas) e outros instrumentos financeiros, colocando assim à disposição do setor empresarial uma maior variedade de fontes de financiamento.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Margarida e outros autores - Economia Monetária e Financeira Escolar Editora, 1ª edição, Lisboa 2007
- ALMEIDA, Nádía - O sistema financeiro angolano, uma análise do setor dos seguros, tese para obtenção do grau do Mestrado, Lisboa 2011
- AFONSO, António e outros - Introdução à Economia Financeira, Teoria e Exercícios, Escolar Editora, Lisboa 2004
- BAD, Banco Africano de Desenvolvimento e Fundo de Desenvolvimento Africano, *Impacto da crise financeira internacional e económica sobre África*, 2009
- BRITO, João António Furtado - Sistema Financeiro e Caraterização Económica da Pequena Economia Insular, Cabo Verde, determinantes financeiros dos investimentos, tese para obtenção do grau de mestrado na Universidade de Coimbra. Coimbra, 2009
- CARVALHO, Fernando J, Cardim - Sistema Financeiro, Rio de Janeiro, 2011
- CARVALHO, Fernando J. Cardim - Bretton Woods nos anos 60. Rio de Janeiro, s.d.
- CORREA, Elissandra Pombo - Desenvolvimento do Sistema Financeiro e Crescimento Económico, Revisão da Literatura e estudos empíricos aplicados no Brasil, Rio de Janeiro, julho de 2005
- CORAZZA, Gentil - Sistema Financeiro Internacional, Brasil, 2007.
- FILHO, Sérgio - Mobilidades de Capitais e Crescimento Económico, 2009
- FINURAS, Paulo - Gestão internacional e recursos humanos, Edições Sílabo, 1ª edição, Lisboa, 1999
- FMI, Fundo Monetário Internacional, ABIAD, Abdul - *Um novo banco de dados de reformas financeiras*, 2008
- FERREIRA, Manuel Ennes - Integração Económica de África, s.d e s.l
- GODOY, Thaís Raquel Ferreira – MERCOSUL, Impasse e Perspetiva, Piracicaba, 2007
- GONTIJO, Cláudio - Os Mecanismo de Funcionamento do Padrão-Ouro, Belo Horizonte, 2011
- HERMANN, Jennifer - O modelo de liberalização financeira dos anos 1990, Rio de Janeiro, 2003

INÁCIO, Janypher Marcelo - Instabilidade, desregulamentação Financeira e a crise do sistema financeiro Atual, Florianópolis, 2009

LEÃO, Emanuel Reis e outros - Política Monetária e Mercados Financeiros, Edições Sílabo, 1ª edição, Lisboa, 2000.

MARCONDES, Renato Leite Padrão Ouro e Estabilidade, S. Paulo, 1998

MARTINS, José Moleiro - Internacionalização e Globalização das Empresas, Edições Sílabo, 1ª edição, Lisboa, 2011

MATTOS, Fernando Augusto - Lições do Capitalismo Organizado, O mercado de trabalho do Pós-guerra nos países capitalistas centrais, Porto Alegre, 1997

MCKINLEY, J, Serieux - A Liberalização Financeira, Uma Avaliação de África, 2008

MENDES, Livia Medeiros - Do padrão ouro ao Bretton Woods, Algumas considerações, Brasília, 2005

NICOLAU, Flávia Lorena Paca - O mercado da bolsa de valores e derivados de Angola, Lisboa, 2009

OLIVEIRA Giuliano e outros- O sistema de Bretton Woods e a dinâmica do sistema monetário internacional, São Paulo, 2008

PINA, Carlos Costa - Instituições e Mercados Financeiros. Editora Livraria Almedina, 1ª edição, Coimbra, janeiro 2005

PLIHON, Dominique- Globalização Financeira, Paris, janeiro, 2007

REINHART, Carmem - A Liberalização Financeira em África, Quênia, 2000

ROSÁRIO - Conferência sobre regulação do mercado Financeiro em Cabo Verde ,Cabo Verde, 2008

SANTOS, Fernando Teixeira - Avaliação geral e Perspectivas de Regulação dos Mercados de Capitais, Belém 2001

SEMAHAGN G. Abebe - Sistema Financeiro, Liberalização do setor em Africano, s.d.

SCHNEIDER, Luiza Galiazzi - As causas políticas do conflito no Sudão: Determinantes estruturais e estratégicos, Porto Alegre, 2008

SERIEUX, John - Liberalização Financeira e Doméstica, Mobilização de Recursos em África, Brasil, s.d.

SILVA, Everton Nunes - Sistema financeiro e crescimento econômico, Ribeirão Preto, 2006

SOARES, Isabel e outros autores - Decisões de Investimento, Análise Financeira de Projetos, Edições Sílabo, 2ª edição, Lisboa, 2011

VALÉRIO, Nunes e outros – A Evolução Económica de Angola durante o segundo período Colonial, Uma tentativa de síntese, Lisboa, 1994

VIETO, João e outros autores - Finanças Empresariais, Teoria e Prática, Escolar Editora, 1ª edição, Lisboa, 2010

Revistas e Artigos

SHAH, Anup - Conflitos em África- Introdução, maio, 2010

Angola acontece, Revista Económica, 2012

Boletim OPLO, 2011

DELLOITE, A Banca em Análise, 2012

FERREIRA, Vanessa Capristano - Sistema Financeiro Internacional, Fracasso e necessidade de reconstrução económica, Brasil, 2012

GATHIGAH, Miriam - Lenta Revolução Financeira na África Oriental, Quênia, 2012

Instituto de Supervisão de Seguros - Boletim Anuário das atividades das Seguradoras e Fundos de Pensões anos de 2001, 2002, 2004 e 2007

Instituto de Supervisão de Seguro - Revista Informativa sobre os Seguros e Fundos de Pensões, 2010 e 2012

Jornal o País, Jornal da Nova Angola, 2012

LONDA, Emílio, Importância Estratégica do Mercado de Capitais para Angola, 2011

KPMG, Estudo sobre o setor Bancário, 2012

KPMG, Análise do setor Segurador e de Fundos de Pensões em Angola, 2012

LOBÃO, Júlio - Contágio financeiro entre os mercados de ações de países desenvolvidos durante a crise do México (1994-1995), março de 2005

Macauhu, Mercado de seguros em Angola, 2012

MENDONCA, Hélder Ferreira, Metas para a Taxa de Cambio, agregados monetários e inflação, Revista de Economia Política, volume 22, janeiro e março de 2002

NCUBE, Mthuli - African Development Bank, 2008

NOURA, Maria Carolina - Queda nas Bolsas, Ameaça empregos no mercado de capitais. São Paulo, 2011

NUNES, Paulo, Teoria Quantitativa da moeda, 2008

PRATES, Daniela Magalhães - As Assimetrias do Sistema Financeiro Internacional. Rio de Janeiro, março de 2005

PAIM, Rodrigo Souza – A centralização política e o autoritarismo em Angola, 2008

Relatório de Supervisão Bancária de 2007, 2009, 2010, 2011 e 2012, BNA Revista e Negócios, Os Desafios para o Setor Bancário, 2012

Revista económica, Country Facts - Quénia - Economia, Finanças e Investimento, 2012

VEIGA, Francisco José -Texto de apoio de economia monetária e financeira internacional da Universidade de Minho, 2007

SIMIONE, Félix - Crise Económica Mundial, Implicações e Impacto em Moçambique no primeiro semestre de de 2009, janeiro de 2012

SIMÃO, Paul - Artigo sobre os custos das guerras em África, 2007

Sites consultados

Página virtual do jornal de Angola (www.angonoticias.com) 2008.

Portal do BNA (wwwbna.ao)

Portal do Ministério das Finanças (www.minfin.gv.ao)

Portal do Instituto de Supervisão de Seguros (www.iss.gv.ao)

Portal da ENSA (www.ensa.org.br)

GLOSSÁRIO

Banco: Instituição que negocia dinheiro e fornece outros serviços financeiros. Os bancos aceitam depósitos e fazem empréstimos, obtendo lucro da diferença entre as taxas de juros pagas e cobradas.

Banco central: Entidade independente ou ligada ao Estado cuja função é gerir a política económica, ou seja, garantir a estabilidade e o poder de compra da moeda de cada país e do sistema financeiro.

Bolsa de valores: Instituição onde se encontra demanda e oferta de valores (ações e obrigações) a serem negociados através das suas Corretoras de Bolsa.

Balança de Pagamentos: Mapa onde são registados todos os fluxos financeiros relativos a todas as transações desse país com o resto do mundo durante um determinado período de tempo (geralmente um ano).

Capital próprio: Diferença entre os ativos e passivos, ou seja, a diferença entre tudo aquilo que a empresa possui e deve a terceiros.

Dívida pública: Soma de tudo aquilo que todos os órgãos do Estado devem, incluindo o governo central, províncias e empresas estatais. Mas como o setor público é também um grande credor, tanto de outros órgãos públicos quanto de entidades privadas, o conceito de dívida líquida traduz mais claramente a posição financeira do setor público.

Empresa: Unidade económico-social, integrada por elementos humanos, materiais e técnicos, que tem por objetivo obter utilidades através da sua participação no mercado de bens e serviços.

Economia centralizada: Sistema económico em que a produção económica do país é planificada por um organismo central do Estado.

Economia de Mercado: Sistema económico em que as principais decisões e produção económica do país são tomadas pelo próprio mercado.

Financiamento: Proporcionar recursos financeiros para financiar um projeto ou programa.

Fundo de pensões: Patrimônio exclusivamente afeto à realização de um ou mais planos de pensões, na medida em que tem subjacente um ou mais programas em que se definem as condições que, a ocorrerem, constituem o direito ao recebimento de uma pensão a título de pré-reforma, reforma antecipada, reforma por velhice, por invalidez, ou de sobrevivência, de acordo com o definido no respetivo plano.

Investimento: Aplicação de algum tipo de recurso com a expectativa de receber um retorno futuro superior ao aplicado.

Inflação: Aumento generalizado do nível de preços dos bens de uma economia, durante um período de tempo.

Liberalização financeira: Termo usado para cobrir todo um conjunto de medidas, tais como a autonomia do Banco Central do governo e a completa liberdade de finanças para se mover dentro e fora da economia.

Mercado Financeiro: Mercado voltado para a transferência de recursos entre os poupadores e os investidores. No mercado financeiro são efetuadas transações com títulos de prazos médios, longos e indeterminados, geralmente dirigidas ao financiamento dos capitais de giro e fixo.

Mercado de Capitais: Sistema de distribuição de valores mobiliários, o qual proporciona liquidez aos títulos de emissão de empresas, viabilizando o processo de capitalização.

Mercado monetário: Mercado de transações bancárias, no âmbito do qual se realizam operações à vista e a curto prazo.

Política monetária: Controla a quantidade de moeda na economia, atuando sobre os meios de pagamentos, títulos públicos e taxa de juros. A política monetária, é geralmente executada pelo Banco Central de cada país.

Prémio de seguro: Valor pago pelo tomador de seguro, mediante a qual, a empresas de seguro, se compromete, na eventualidade de ocorrer um evento aleatório, a fornecer a outra parte contratante uma prestação em dinheiro.

Resseguro: Operação pela qual uma empresa de seguro faz por sua vez, segurar parte dos riscos que assume. Pode-se dizer que é o seguro do seguro.

Risco: Traduz o perigo e a incerteza da ocorrência de um invento aleatório, fortuito e danoso.

Sistema financeiro: estrutura que tenha como finalidade descrever a circulação do dinheiro em determinada organização.

Seguro: Operação pelo qual o segurado mediante o pagamento de um premio paga a seguradora, obtendo a garantia de uma indenização para si e para terceiros, no caso de ocorrência de um determinado risco.

CRONOLOGIA

1819 - O Parlamento inglês aprovou a *Ressumption Act*, lei que exigia que o Banco de Inglaterra voltasse a trocar notas por ouro.

1865 - Surgimento do Banco de Angola.

1922 - Surgimento da seguradora de Angola (sucursal da companhia de seguros portuguesa).

1901- Surgimento do Ministério das Finanças em Angola.

1929 - Crise económica internacional ou Grande depressão

1931 - O regime padrão ouro deixou de reservas internacional

1944 - Realizado na cidade Bretton Woods, no New Hampshire (E.U.A.), o acordo de Bretton Woods.

1944 - Surgimento do Fundo Monetário Internacional.

1944 - Surgimento do Banco de Compensações Internacionais

1944 - Criação do Banco Mundial, após a segunda guerra mundial, em 27 de dezembro.

1946 - Surgimento do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) aos 25 de junho.

1947 - Surgimento do GATT (acordo geral das tarifas e comércio).

1948-Foram criados os Serviços de Fiscalização Técnica da Indústria de Seguros em Angola.

1956 - Surgimento da Corporação Financeira Internacional (IFC).

1960 - Associação Internacional de Desenvolvimento (AID).

1975 - Independência de Angola.

1975 - Tomada da Banca em Angola e término do sistema financeiro colonial.

1976 - Surgimento do BNA.

1976 - Realização da primeira troca de moeda em Angola, do escudo pelo Kwanza.

1978 – Teve início a difusão de diversos balcões do Banco Nacional de Angola em todo o país.

1978 - Surgiu em Angola a primeira empresa angolana de seguros, sob a designação de Empresa Nacional de Seguros e Resseguros de Angola.

1978 - O BNA ganha autonomia face a outros órgãos de Estado e passa a monopolizar toda a atividade bancária do país.

1987 - Criado o Programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF).

1988 - Criação da Agência Multilateral de Garantia de Investimento (AMGI) e do Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (CIADI).

1991- Angola adotou o multipartidarismo com assinatura do acordo de Bicesse.

1991- Foram dados os primeiros passos em direção à liberalização financeira em Angola.

1993 - Surgiram as primeiras filiais de bancos estrangeiros em Angola.

1993 – Entra em funcionamento a organização Mundial do Comércio (OMC).

1995 - O Ministério das Finanças converteu-se em Ministério da Economia e Finanças.

1997 - Aprovada pela Assembleia Nacional a nova lei orgânica do Banco Nacional de Angola (BNA).

1998 - Foi aprovado o Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças Decreto-Lei nº 4/98, data de 30 de janeiro de 1998.

1999 - O Banco Nacional de Angola autorizou os bancos comerciais a concederem empréstimos em moeda estrangeira aos exportadores.

1999 - Assembleia Nacional aprovou a lei das Instituições Financeiras (lei nº 1/99, de 23 de abril), instrumento de base para o setor financeiro.

2002 - Realização de transações eletrónicas, com o cartão Multicaixa, por meio das Caixas Automáticas (ATM) e os Terminais de Pagamento Automático (POS).

2003 - Foi aberto o mercado de títulos da dívida pública.

2005 - Criada a Comissão de Mercado de Capitais (CMC) com base no decreto n.º 09/05, de 18 de março de 2005, pelo conselho de ministros, e publicada no Diário da República de 18 de março.

2008 - Foram realizadas em Angola as segundas Eleições legislativas.

2011 - O Banco Nacional de Angola (BNA) transferiu a responsabilidade da emissão de moeda para o Banco de Poupança e Crédito (BPC).

2012 - O BNA criou o Comité de Estabilidade Financeira (COMEF).

2012 - Realizadas em Angola as terceiras eleições legislativas.

